

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

**RIO DE JANEIRO O MAPA DAS CONTRADIÇÕES
TURISMO E VIOLÊNCIA**

RAFAEL DA ROCHA VALVERDE

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a MARUTSCHKA MARTINI MOESCH

**BRASÍLIA – DF, 2018
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

**RIO DE JANEIRO O MAPA DAS CONTRADIÇÕES
TURISMO E VIOLÊNCIA**

RAFAEL DA ROCHA VALVERDE

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a MARUTSCHKA MARTINI MOESCH

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em turismo.

BRASÍLIA – DF, 2018

VALVERDE, Rafael da Rocha

RIO DE JANEIRO O PAMA DAS CONTRADIÇÕES TURISMO E VIOLÊNCIA. 94 folhas.

Monografia – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2016.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Marutschka Martini Moesch

1. Turismo 2. Imagem e Imaginário 3. Políticas Públicas 4. Violência 5. Rio de Janeiro

CDU

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em turismo.

RIO DE JANEIRO O MAPA DAS CONTRADIÇÕES
TURISMO E VIOLÊNCIA

RAFAEL DA ROCHA VALVERDE

Aprovado por:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marutschka Martini Moesch (CET/UnB)

Banca Examinadora Membro Externo: Prof.^a Ms. Elissélia Keila Ramos Paes (IFB)

Banca Examinadora Membro Externo: Ms. Tatiana Tanus

Banca Examinadora Suplente: Prof.^a Ms. Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski
(UPIS)

Brasília, 10 de julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Marutschka Martini Moesch, pelo incentivo e suporte na elaboração deste trabalho;

A minha mãe, Ercilia da Rocha Valverde, ao meu pai, Edson Pereira Valverde e ao meu irmão Edson Pereira Valverde Junior, pelo apoio incondicional, por priorizarem a educação e me propiciarem um ambiente adequado para a minha formação;

Aos meus amigos de curso: Letícia Melgaço (Mel), Letícia Lira, Priscila Gomes, Jacqueline Salles, Lays Pugas, Fylype ‘Monimo’, Sarah Andrades, Ana Paula Valadares, Maysa Alves, Maria Clara Alcântara e Heraclis Vancerli pelos anos que passamos juntos e os momentos que construímos memórias;

Aos meus veteranos e amigos: Taylane Campos, João Paulo Faria e Brenda Aryela pelos ensinamentos e cuidados;

Aos meus amigos da Polaris Jr.: Paula Schulz, Lorryne Messias, Eduardo Araujo e Guilherme Capanema, da gestão em que fui Presidente. Barbara Rodriguez, Gabriela Souza e Evellin Lima, da gestão de fundadores. Ressalto a importância da Polaris Jr. na minha formação social e profissional;

Aos estagiários da inteligência/Embratur: Daniel Noble, Elizabeth Pazello, Natalia Oliveira, Alessandra SS e Karen Garcia. Aos estagiários das demais áreas: Thiago Arnould Rosal, Flávia Monteiro e Melissa Braga. Todos queridos amigos e excelentes profissionais;

Aos servidores e colaboradores da Embratur: Regina Motta, Alisson Braga, Angela Baltazar e Ana Cazelato pelos aprendizados e pela liberdade de atuação;

Aos professores do Centro de Excelência em Turismo: Iara Brasileiro, João Paulo Farias Tasso e Mozart Fazito por me incentivarem, motivarem e me fazerem crescer por meio das disciplinas em que tivemos contato, pelos estágios supervisionados, PIBIC e pelo contato via Polaris Jr.;

Aos servidores e colaboradores do Centro de Excelência em Turismo: Camila, Liliane, Ruan, a estagiária Juliana, o pessoal da limpeza, os porteiros, em especial o ‘tio bacana’, pelo suporte enquanto aluno e Presidente da Polaris Jr.

RESUMO

Este trabalho se estruturou para responder “como a desconexão entre a política pública de segurança para a cidade do Rio de Janeiro, intervenção federal, e a política de promoção implementada pela portaria 82/2017 (Mais Rio Mais Brasil) da Embratur impacta na imagem propositiva do destino turístico? ”. O objetivo geral da pesquisa foi compreender as interrelações entre a política de segurança pública implantada na cidade do Rio de Janeiro pela intervenção federal e a construção da imagem de um destino turístico seguro ao visitante. O caminho metodológico utilizado se pautou na análise qualitativa com base no uso de estudo de caso, se estruturando a partir de referências bibliográficas, dados oficiais e uso de informações disponibilizadas por mídias consideradas confiáveis foram observadas importantes variações nos índices de violência e na chegada de turistas internacionais. Para assim obter como evidências finais o entendimento do processo que gerou a contradição das políticas públicas e como um fato exposto midiaticamente influenciou na imagem e no imaginário da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Turismo. Imagem e Imaginário. Políticas Públicas. Violência. Rio de Janeiro

ABSTRACT

This study was structured to respond "how the disconnection between public safety policy for the city of Rio de Janeiro, the federal intervention, and the promotion policy implemented by Embratur - 82/2017 (More Rio Mais Brasil) impact the image of the tourist destination?". The general objective of the research was to understand the interrelations between the public security policy implemented in the city of Rio de Janeiro by federal intervention and the construction of the image of a tourist destination that is safe for visitors. The methodological path used was based on the qualitative analysis based on the use of a case study. It was structured from bibliographical references, official data and the use of information provided by reliable media. Significant variations were observed in the rates of violence and the arrival of tourists international meetings. In order to obtain as final evidence the understanding of the process that generated the contradiction of public policies and as a fact exposed mediatically influenced the image and imaginary of the city of Rio de Janeiro.

Key words: Tourism. Image and Imagination. Public policy. Violence. Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO 1 - O MAPA DAS CONTRADIÇÕES - TURISMO E VIOLÊNCIA	16
1.1 O COMPLEXO CONCEITO DE TURISMO	16
1.2 IMAGEM E IMAGINÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO DESTINO TURISTICO.....	22
1.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	27
1.4 A VIOLÊNCIA NO COTIDIANO DAS RELAÇÕES SOCIAL.....	33
CAPITULO 2 – O CAMINHO METODOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO - TURISMO NO RIO DE JANEIRO	37
2.1 CAMINHO METODOLÓGICO.....	37
2.2 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO, O TURISMO E A VIOLÊNCIA	39
2.2.1 PANORAMA DO TURISMO NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO	44
2.2.2 VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO - UM HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FALHAS	51
CAPITULO 3 - TURISMO E DIREITOS CIVIS - DESAFIO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	62
3.1 A POLÍTICA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - MAIS RIO MAIS BRASIL.....	62
3.2 OS IMPACTOS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE UM LUGAR PACIFICADO	73
3.3 O DIREITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA TODOS - CIDADÃO E TURISTAS.....	80
CAPÍTULO 4 - EVIDÊNCIAS FINAIS - O TURISMO NO RIO DE JANEIRO NO MAPA DAS CONTRADIÇÕES.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - SISTUR, Sistema Turístico	17
Figura 2 - Etapas do Processo de Compra	20
Figura 3 - Tipos e Naturezas da Violência.....	34
Figura 4 - Localização do Rio de Janeiro no Brasil	39
Figura 5 - Mapa do Rio de Janeiro.....	41
Figura 6 - Estrutura do Movimento em Cada Área de Tráfego do Rio: Hierarquia e Divisão de Atribuições	52
Figura 7 - Rio de Janeiro torna-se cosmopolita.....	63
Figura 8 - Real Horto (Jardim Botânico) do Rio de Janeiro	63
Figura 9 - Paço de São Cristóvão (Quinta da Boa Vista).....	64
Figura 10 - Convento do Carmo.....	64
Figura 11 - O jantar, Jean-Baptiste Debret.....	64
Figura 12 - Senhora de algumas posses em seu lar, Jean-Baptiste Debret.....	64
Figura 13 - Praia de Copacabana em 1889.....	65
Figura 14 - Corcovado antes do Cristo	65
Figura 15 - Ilha Fiscal (Baía de Guanabara)	65
Figura 16 - Baile da Ilha Fiscal, Francisco Figueiredo	65
Figura 17 - Entrega ao Imperador D. Pedro II do comunicado de exílio	65
Figura 18 - Avenida Atlântica.....	66
Figura 19 - Praia de Copacabana	66
Figura 20 - Cristo Redentor em construção	67
Figura 21 - Peças publicitárias elaboradas no século XX - Rio de Janeiro.....	68
Figura 22 - Peça publicitária - Mulheres brasileiras	69
Figura 23 - O carnaval censurado	69
Figura 24 - Panorama do Rio de Janeiro.....	73
Figura 25 - Welcome to Hell.....	74
Figura 26 - Protesto dos policiais e bombeiros durante os Jogos Olímpicos	74
Figura 27 - Pôster "Marielle Presente".....	76
Figura 28 - #SomosTodasMarielle!	76
Figura 29 - Marielle Franco no El País	77
Figura 30 - Marielle Franco no The Guardian	77
Figura 31 - Marielle Franco no Al Jazeera.....	77
Figura 32 - Marielle Franco no The New York Times	77
Figura 33 - Marielle Franco no Americas Quarterly.....	78
Figura 34 - Marielle Franco no Independent.....	78
Figura 35 - Tiroteios/Disparos com Arma de Fogo – Comparativo 4 meses Pré e Pós Intervenção Federal.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índice de GINI.....	42
Quadro 2 - Quantidade de Matrícula em Instituições de Ensino - 2005/2015	43
Quadro 3 - Motivo da Viagem para o Brasil.....	45
Quadro 4 - Principais Motivação de Viagens de Lazer	46
Quadro 5 - Principais Destinos de Viagens de Lazer.....	47
Quadro 6 - Principais Destinos de Negócios, Eventos e Convenções	48
Quadro 7 - Principais Destinos de Outros Motivos	49
Quadro 8 - Chegada de Turistas Internacionais no Brasil e no Rio de Janeiro - 2013 a 2017...	50
Quadro 9 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes (2006/2016) - Estado do Rio de Janeiro	55
Quadro 10 - Número de mortes decorrentes de intervenções policiais (2006/2017) - Estado do Rio de Janeiro.....	55
Quadro 11 - Taxa de homicídios por 100 mil jovens na faixa etária de 15-29 anos de idade (2006/2016) - Estado do Rio de Janeiro.....	56
Quadro 12 - Variação 2006/2016 e 2015/2016 por Tipo de Dado de Violência - Estado do Rio de Janeiro	56
Quadro 13 - Número de mortes decorrentes de intervenções policiais (2006/2017) - Município do Rio de Janeiro.....	59
Quadro 14 - Diferentes Dados de Violência - Município do Rio de Janeiro	59
Quadro 15 - Variação 2015/2016 e 2016/2017 por Tipo de Dado de Violência - Município do Rio de Janeiro.....	60
Quadro 16 - Unidades de Mercado – EBTs América e Ásia	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Série histórica da taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes - Estado do Rio de Janeiro	52
Gráfico 2 - Série histórica da taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes - Município do Rio de Janeiro.....	57
Gráfico 3 - Série histórica da taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes - Município do Rio de Janeiro.....	58
Gráfico 4 - Série histórica da taxa de homicídio decorrente de intervenção policial por 100 mil habitantes - Município do Rio de Janeiro.....	58
Gráfico 5 - Ranking das 10 localidades do Rio de Janeiro com maior quantidade de tiroteios - janeiro a março de 2018	61

LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLAS

MTur - Ministério do Turismo

UPPs - Unidades de Polícia Pacificadora

EBTs - Escritórios Brasileiros de Turismo

PIB - Produto Interno Bruto

OMS - Organização Mundial da Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

OTT - Onde Tem Tiroteio

COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a discussão sobre o turismo e os modelos de exploração que o caracterizam em nível global ocuparam a maior parte dos debates técnicos sobre o assunto. Embora o turismo tenha se originado como um privilégio das elites e, em seguida, uma aspiração das classes médias urbanas, neste século XXI as tendências internacionais de consumo de férias apontam para um maior significado e conteúdo do turismo, mediante a desmassificação das instalações e as experiências.

Para compreender o panorama atual no qual o turismo se desenvolve, é importante sublinhar determinados vetores atuais, como a globalização dos mercados e a dificuldade dos países em legislar seus territórios, a assimetria de oportunidades, o colapso ecológico e a onipresença das tecnologias. O turismo pode ser produzido, comunicado e consumido de vários modos, resultando diferentes formas de relacionamento entre as práticas turísticas e os direitos dos visitantes e visitados.

Como esses jogos de forças se desenvolvem na atualidade na cidade do Rio de Janeiro, o destino turístico brasileiro mais procurado e uma das cidades mais violentas? Nas últimas décadas, assim como o processo de urbanização vai alcançando cifras incomparáveis (hoje cerca de 54% dos habitantes da Terra vivem em cidades), também viajamos cada vez mais: em 2017, sem contar os fluxos domésticos, o número de viagens internacionais ultrapassou 1,3 milhão (UNWTO, 2018).

Se voltarmos às origens do turismo moderno, como expressão de fuga de cidades insalubres e deformadas pela industrialização, não deixa de ser irônico que, atualmente, boa parte dos fluxos turísticos busquem ambientes urbanos (grandes e conhecidas metrópoles globais, novos e viçosos centros urbanos, pequenas cidades históricas, urbanizações à beira mar, etc.).

Ocorre que, se por um lado, comemoramos a entrada de um número crescente de pessoas no universo das mobilidades turísticas – que alguns arriscam chamar de “democratização do turismo”, por outro, deparamo-nos, com frequência cada vez maior, com tensões e preocupações relacionadas à escala que este fenômeno assume – especialmente no que se refere aos encontros entre comunidades visitadas e hordas de forasteiros.

Esta monografia tem como tema o paradoxo de políticas públicas, promoção turística e segurança pública, da cidade do Rio de Janeiro sendo o problema a pesquisa “como a desconexão entre a política pública de segurança para a cidade do Rio de Janeiro, intervenção federal, e a política de promoção implementada pela portaria 82/2017(Mais Rio Mais Brasil) da Embratur impacta na imagem propositiva do destino turístico? ”.

Com objetivo geral voltado a compreender as interrelações entre a política de segurança pública implantada na cidade do Rio de Janeiro pela intervenção federal e a construção da imagem de um destino turístico seguro ao visitante. No qual, os objetivos específicos são:

- Descrever o papel do destino da cidade do Rio de Janeiro para o fluxo de turismo internacional para o Brasil;
- Analisar o contexto sócio histórico da cidade do Rio de Janeiro e o crescimento da violência pública;
- Contextualizar a relação da violência e o fluxo turístico na cidade do Rio de Janeiro;
- Analisar a política de promoção da cidade do Rio de Janeiro pela Embratur como destino turístico.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utilizará do estudo de caso, em nível exploratório e descritivo onde serão analisados documentos, observações de fatos e o procedimento metodológico que se aplica ao objeto de estudo. As ferramentas utilizadas para estudo de caso serão a internet, notícias de jornais, e indicadores de análise da violência urbana e de fluxos turísticos.

O processo de investigação tece teoria e prática no discorrer dos três capítulos apresentados. No primeiro capítulo apresenta o mapa das contradições turismo e violência, no qual para melhor compreensão do que objeto pesquisado é reconstruído os conceitos orientadores: turismo, imagem e imaginário, políticas públicas e violência.

No segundo capítulo o caminho metodológico na construção do objeto de estudo - turismo a cidade do Rio de Janeiro. Onde é apresentada a metodologia empresa, o contexto do Rio de Janeiro como cidade, sua importância para o turismo e a situação dos índices de violência no estado e na capital.

No terceiro capítulo é tratado do turismo e direitos civis e o desafio na cidade do Rio de Janeiro, analisada a política pública de promoção do Rio de Janeiro e a intervenção federal como política pública de segurança, além da discussão sobre a influência do caso Marielle Franco na imagem e imaginário do Rio.

E o capítulo da evidências finais onde o pesquisador responde aos objetivos propostos pela investigação, apresenta os principais empecilhos para a elaboração deste trabalho e faz proposições para futuras pesquisas.

CAPITULO 1 - O MAPA DAS CONTRADIÇÕES - TURISMO E VIOLÊNCIA

1.1 O COMPLEXO CONCEITO DE TURISMO

O turismo vem acumulando diversas conceituações ao longo dos anos, que estão, de forma geral, sempre associadas a um deslocamento e ao uso dos recursos naturais e culturais e de diversos setores da economia -os componentes do trade turístico. Por sua importância econômica, inicialmente acaba sendo relacionado apenas com a aquisição de divisas, reduzido a uma atividade econômica. Essa visão reducionista é ressaltada por Barretto, ao apresentar o turismo pelo ponto de vista comercial, no qual o turismo “é um produto que se elabora com as matérias-primas da natureza (recursos naturais), ou da cultura material (recursos culturais), acrescido de equipamentos para prestar serviços de recreação, alimentação e hospedagem, aos quais se chega através de um transporte” (BARRETTO, 2000, pag. 23).

Essa postura, de uma cultura de mercado capitalística, desconhece e desconsidera a essência do fenômeno turístico, o qual exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades gerando agenciamentos possíveis de ressignificação junto à realidade, através da relação entre visitantes e visitados cada vez mais fugazes. (MOESCH, 2013, p. 11)

Ou seja, a visão comercial por mais que faça parte do processo econômico do que é o fenômeno turístico, não abrange as questões sociais a ele constituinte. Para tal, entende-se o turismo como um fenômeno econômico, mas também social (UNWTO, 2018). Isto é, conforme apresentado por Moesch, no qual o turismo é visto como,

[...]uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas como síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2002, p. 9)

Ao adentrarmos nesse fenômeno, encontramos um sistema complexo com interligações que englobam todo o seu processo de idealização e realização. A observação deste sistema nos fortalece uma ideia de causa e efeito que resulta de uma necessária integralidade de seus componentes. Pois, tais componentes, subsistemas como destacado por Barretto, são independentes, porém por estarem em um sistema, estão entrelaçados, servindo uns aos outros, em relação de mútua dependência (BARRETTO, 2000, pag. 20).

Beni (1990) apresenta esses subsistemas por meio do SISTUR - Sistema Turístico, e destaca a importância de todos os conjuntos (ambiental, estrutural e operacional), além da necessidade de uma boa fluidez entre eles.

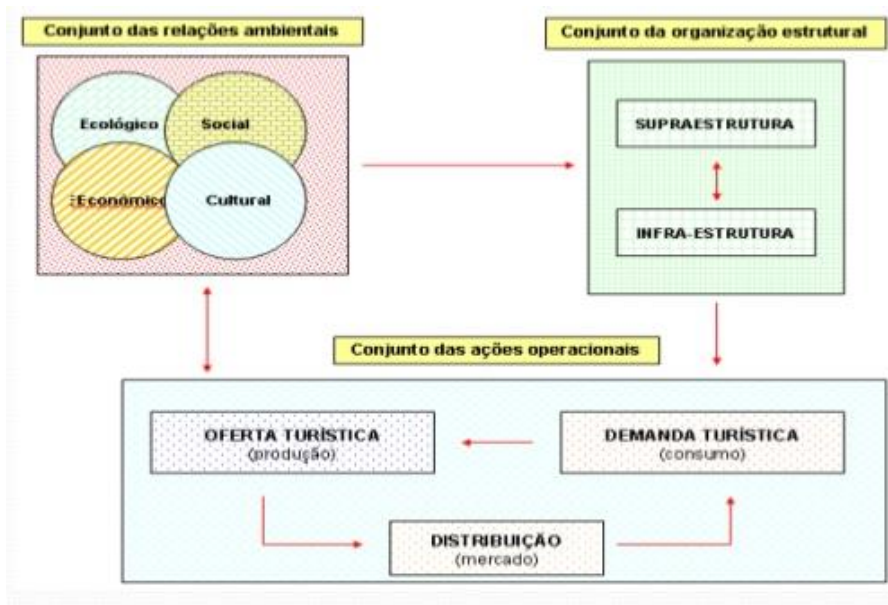


Figura 1 - SISTUR, Sistema Turístico
Fonte: BENI, 1990.

O turismo como sistema ilustra a realidade de uma cadeia interligada, em que os setores público e privado se relacionam para o fortalecimento e estruturação de uma oferta, que impacta a vida dos residentes dos destinos turísticos e a demanda de turistas potenciais. Assim como as relações sociais, culturais, econômicas e ecológicas dentro do ambiente podem contribuir de forma positiva ou negativa na demanda por tal oferta. Ou seja, fatores a serem pensados para o estabelecimento do turismo mais sustentável e resultante de um planejamento (DROR, 1973; GUNN, 1988; HALL, 1992).

A complexidade do turismo está associada a pluralidade de áreas em que impacta, uma vez que a enorme quantidade de setores da economia que o compõem se relaciona com a subjetividade do homem, a diversidade natural e aspectos culturais, tanto dos turistas, quanto dos destinos turísticos, sendo turistas entendidos conforme Burns (2002, p. 61):

- Turistas de massa organizados: altamente dependentes de uma bolha ambiental criada, suprida e mantida pela indústria internacional do turismo. Seu consumo é

caracterizado por feriados com pacotes completos e recheados de atrações. A familiaridade domina; a novidade inexistente ou é altamente controlada.

- Turistas de massa individuais: esses usarão as facilidades institucionais do sistema turístico (voos marcados, reservas centralizadas, transfers) para antecipar o máximo possível de suas necessidades antes de saírem de casa; talvez visitem os mesmos locais que os turistas de massa, mas seguem seus próprios interesses.
- Exploradores: a expressão mais importante, aqui, é “ir aonde ninguém vai”. Costumam guiar-se apenas por um artigo sobre viagens em vez de escolherem seu destino através de uma brochura turística. Este tipo entrará na bolha e conforto se a situação mostrar-se difícil demais.
- Alternativos: este tipo de turista busca o ineditismo a todo custo, e até mesmo o desconforto e o perigo. Eles tentam evitar qualquer contato com os “turistas”. A novidade é seu objetivo total; seus padrões de gasto tendem a beneficiar os estabelecimentos periféricos, em vez de grandes companhias.

O turismo é um conjunto global de atividades que cruza muitas culturas, assim é fundamental o conhecimento mais profundo sobre as consequências da interação entre as sociedades que emitem e recebem turistas. Segundo Burns (2002), este fenômeno está associado à mudança. Ressalta-se que a demonstração de uma associação não significa necessariamente que o turismo realmente a causou. Associação e causalidade não são necessariamente a mesma coisa. O turismo não é automaticamente a principal causa da mudança, mas apenas um entre diversos canais para a transmissão de novas ideias. Seria igualmente ingênuo, contudo, negar o papel que o turismo pode ter na precipitação ou aceleração da mudança.

Para que sejam realizadas as devidas considerações sobre o turismo, é necessária a apresentação da concepção por trás do seu processo de compra. Pois, por mais que sua visão comercial seja reducionista, não deve ser excluída, pelo contrário, é necessário o seu entendimento para que novas formas de gestão sejam elaboradas. Com isso em mente, se introduz o entendimento de Maslow (1970 apud KOTLER, 2006) sobre as necessidades, uma vez que todo processo de compra é movido inicialmente por uma questão básica, uma necessidade.

Maslow (1970 apud KOTLER, 2006) identificou algumas necessidades do ser humano e as classificou em cinco grupos em ordem ascendente de importância. O autor acredita que “enquanto as necessidades de uma categoria não forem atendidas, outras não motivarão as pessoas” (RIBEIRO; FLEURY, 2006, p. 22). Seguem as necessidades anteriormente comentadas:

- Necessidade fisiológica: são os elementos que sustentam a vida. Por exemplo: comida;
- Necessidade de segurança: reflete a luta do ser humano contra as ameaças ao corpo e à mente, incluindo não somente a luta pela sobrevivência, mas também a necessidade por ordem, estrutura e predicabilidade;
- Necessidade social: um ser humano necessita pertencer a um grupo, ser querido, amado e se sentir aceito por outros;
- Necessidade de autoestima: uma vez atendidas suas necessidades sociais, as pessoas buscam a autoestima e ser estimadas por outras. Elas têm necessidade de poder, status, respeito e autoconfiança;
- Necessidade de autorrealização: são as necessidades mais elevadas, segundo Maslow. Elas correspondem à necessidade de desenvolver, maximizar o potencial e alcançar os objetivos individuais.

O turismo está associado, direta ou indiretamente, a todas as necessidades citadas, tanto quando falamos em resultado de sua prática, quanto aos aspectos necessários para que ele ocorra. Por exemplo, o poder e o status destacado na necessidade de autoestima são preceitos básicos motivacionais para que o turismo aconteça, assim como a necessidade de autorrealização pode ser considerada como resultado de sua prática. Desse modo, destaca-se a importância na consideração dos aspectos pessoais de cada indivíduo e o diferencial produzido ao disponibilizar produtos e serviços que visem suprir as necessidades dos consumidores.

Para Las Casas (2007, p. 30), a necessidade por um serviço estimula o processo de compra. Porém, para que se concretize, o turista irá procurar informações a respeito dos destinos turísticos, realizará uma análise quanto as opções, seguida da decisão de compra e do pós-compra, conforme esquema e explicação abaixo:



Figura 2 - Etapas do Processo de Compra

Fonte: Adaptação feita pelo autor a partir de LAS CASAS, 2007

No livro “Planejamento Integral do Turismo - um enfoque para América Latina”, Molina e Rodriguez (2001) evidenciam que as explicações de ordem econômica foram importantes na teoria do Turismo, porém elas não dão mais conta da pluralidade do fenômeno e, portanto, as avaliações de caráter cultural são as mais abarcantes e completas.

(...) o turismo atual deve ser considerado basicamente como produto da cultura, no sentido amplo deste termo. Por isso, as explicações de caráter econômico que são utilizadas para compreender a transcendência do turismo são, evidentemente, insuficientes, ainda que significativas, porque não contemplam e tampouco consideram a diversidade de dimensões do fenômeno. (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 9)

Dissertar a respeito do turismo sob o olhar cultural é trabalho que vai além da preocupação em se efetivar o seu entendimento, mas também de dialogar com outras áreas tradicionais do conhecimento, tais como a História, Geografia, Artes, Ciências, Biologia, dentre outras. Nessa perspectiva, foi elencado o Turismo como fonte para um olhar ampliado na percepção de mundo do professor e seus alunos, na tentativa de construir novos conhecimentos a serem agregados em sua formação básica.

Por outro lado, conforme Gastal e Moesch (2007, p. 16), a cidade deve ser boa para o morador, para ser boa para o turista. Portanto, uma cidade estruturada, com equipamentos de lazer, transporte adequado e saneamento básico implementado, tende a proporcionar satisfação ao morador e a qualquer outro indivíduo que ali se encontra. Ou seja, compreender os moradores como detentores de necessidades, assim como supri-las, é fundamental para o sucesso de todo o processo de compra, uma vez que por residirem e comporem o destino turístico, são consumidores incessantes da cidade e não podem estar insatisfeitos com os equipamentos disponibilizados pelos gestores. Com isso, entende-se a satisfação do morador como parâmetro de qualidade para o desenvolvimento justo do turismo.

Justo, pois, a qualidade dos serviços deve estar associada ao usufruto inicial do morador. Eles, quando contentes, tendem a compactuar com dos forasteiros - os consumidores secundários das cidades. Visto que é característica de algumas comunidades receptoras mudanças no comportamento das pessoas para a prática da hospitalidade com os turistas, gerada muitas vezes pela saturação, tornando evidente ao “outro” - o turista, o quanto a sua presença é indesejável. Observam ainda, os impactos positivos e negativos nos destinos, nos atrativos, na relação com o meio ambiente, nas práticas culturais, dentre outros. Percebe-se então um fenômeno social, marcado pela dinâmica, que necessita de diferentes olhares em variados contextos.

Assim, é retomada a ideia de sistema, por demonstrar a importância do conjunto de ações operacionais - exemplificada aqui pelo processo de compra, e o seu vínculo com o conjunto de relações ambientais, o que justifica, com apenas um olhar, o entendimento do turismo como fenômeno. Dado que,

Turismo é processo humano, ultrapassa o entendimento enquanto função de um sistema econômico. Como um processo singular, necessita de resignificação às relações impositivas, aos códigos capitalísticos e aos valores colocados como bens culturais. Ainda, considerando o imbricamento ou sobreposição de sistemas, bem como a visualização hologramática, percebemos trocas energéticas, materiais e informacionais que ocorrem entre o sistema e o ambiente permitindo que ele internalize tudo o que necessita para que possa manter sua organização e estrutura em funcionamento. (BENI; MOESCH, 2016, p. 25)

Portanto, cientes de tal dinâmica e dos paradoxos, os planejadores turísticos precisam cada vez mais entender o turista que visita o seu destino e trabalhar em parceria com os residentes, dado que as cidades precisam ser atrativas para ambos.

Entende-se então, o turismo como um fenômeno que abrange o mundo inteiro do ponto de vista geográfico, e praticamente todas as camadas e grupos sociais (BARRETTO, 2000, pag. 18). Falar em turismo significa fazer referência àquelas pessoas que saem das suas rotinas espaciais e temporais por um período de tempo determinado (GASTAL, 2005 p. 12). Por sua complexidade necessita de um planejamento estruturado e uma cadeia produtiva articulada que satisfaça uma demanda subjetiva e pense na participação local para sua sustentabilidade. Não se esquecendo que sua prática é voltada para suprir uma necessidade e segue, assim como qualquer

outro produto ou serviço, uma linha de raciocínio para o seu processo de organização e compra.

1.2 IMAGEM E IMAGINÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO

[...]informar é dar uma forma ou um suporte material a uma vivência pessoal ou a uma imagem mental do emissor; mas não é só isso. O suporte ou forma necessita de associar-se a uma série de signos ou símbolos convencionais que objetivem tal forma, de modo a torná-la transmissível. O sujeito ativo transforma a imagem mental formalizada (mensagem) numa série de signos (codificação) que se transmitem para serem decifrados e interpretados pelo sujeito receptor (XIFRA-HERAS, 1974, p. 26).

Quando pensamos na busca por informações, hoje possuímos inúmeras facilidades devido os mais diversos meios de pesquisas e fontes. Segundo Kotler (2010, p.7), a conectividade e a interatividade geradas pela tecnologia permitem que os indivíduos se expressem e colaborem entre si ao utilizarem as três grandes forças por trás dos avanços tecnológicos: os computadores, os celulares baratos e internet de baixo custo e fonte aberta. Esse novo momento, da sociedade informatizada, da ausência de distâncias e do tempo, é o que tem sido denominado pós-modernidade conforme Gastal (2005).

A ascensão das mídias sociais decorrente dessa nova tecnologia possibilitou às pessoas a criarem e consumirem notícias, ideias e entretenimento. Com a multiplicação das mídias e sua perpetuação, estudiosos consideraram indispensável o seu melhor entendimento. Para esse fim, realizaram inúmeros estudos, dos quais contribuíram para a melhor compreensão do alcance que tais mídias poderiam ter e como facilitaram no processo de direcionamento de informação Como um dos resultados, Kotler (2010) classificou as mídias em expressivas e colaborativas, conforme trecho abaixo:

[...]. Uma é composta pelas mídias sociais expressivas, que incluem blogs, Twitter, YouTube, Facebook, sites para compartilhamento de fotografias como o Flickr e outros sites de networking social. A outra categoria das mídias colaborativas, que inclui sites como Wikipedia, Rotten Tomatoes e Craglist” (KOTLER, 2010, p.7).

Dessa pós-modernidade, surgiram também demandas por acesso mais rápido à informação via meios de comunicação tradicionais. Os jornais e revistas passaram a se informatizar e os programas de televisão começaram a distribuir o seu conteúdo em plataformas próprias ou via sites como o YouTube.

Estes meios de comunicação não foram atingidos apenas com a necessidade de informatização, mas também com as facilidades por trás dela. A captação de dados, os processos de criação e revisão, até mesmo a impressão e organização das informações foram impactados. A tecnologia agilizou todos os processos de comunicação, fazendo com que o acesso ao mundo aconteça com apenas um clique e disponibilizando tudo, a todo momento.

Com o entendimento da força da informação, as mídias - em todos os seus formatos - passaram a direcionar o olhar a pontos dignos de serem observados, conforme Serrano (2000). Esse direcionamento é fator passível de questionamento, uma vez que o foco pode não estar no alvo, digamos, mais adequado. Como destacado por Gastal e Moesch (2007), o problema da formação de opinião via mídias é que estas excluem as falas que contestam os critérios políticos e econômicos dominantes.

Os atores sociais, muitas vezes suggestionados pela mídia, ao promoverem os lugares acabam tornando os bens e os atrativos com elevado conteúdo de informação, com destacado valor simbólico e representativo, portanto tendo um papel fundamental na fabricação do imaginário das cidades. Tais imaginários são divulgados a partir das ferramentas de comunicação com o intuito de criar, recriar, preencher, complementar e refazer imaginários. Esses que serão constantemente retificados ou ratificados por meio da experiência que cada um terá.

No entanto, os receptores desse imaginário não são simples folhas em branco a serem preenchidas. Cada um está apto a fazer leituras do imaginário a partir do contexto histórico, social, cultural e econômico e do seu ideal de mundo. Dessa maneira, não podem ser entendidos apenas como receptores, mas também como criadores de imaginários.

Por meio do direcionamento de informações via mídias, da promoção via atores sociais e da leitura realizada pelos receptores é constituído um sistema de ilusões, fechado, que se autoperpetua e proporciona ao turista uma base para que selecione e avalie os lugares potenciais que visitará (URRY, 2001). Gastal (2005) se utiliza dos conceitos de imagem e imaginário para retratar esse contexto de captação e assimilação de informações.

Imagens porque, na própria cidade ou no estrangeiro, antes de se deslocarem para um novo lugar, as pessoas já terão entrado em contato com ele visualmente, por meio de fotos em jornais, folhetos, cenas de filmes, páginas

na internet ou mesmo por intermédio dos velhos e querido cartões-postais. Imaginários porque as pessoas terão sentimentos, alimentados por amplas e diversificadas redes de informação, que as levarão a achar um lugar “romântico”, outro “perigoso”, outro “bonito”, outro “civilizado”. A esses sentimentos construídos em relação a locais e objetos (e, por que não, a pessoas?) temos chamado de imaginários. (GASTAL, 2005, p. 12 e 13)

A concepção dos conceitos apresentados ocorre, conforme Silva (apud GASTAL 2005, p. 56), de forma interligada, no qual a imagem não produz o imaginário, mas o contrário. Segundo o autor “a existência de um imaginário determina a existência de um conjunto de imagens. A imagem não é suporte, mas resultado”. Portanto, os sentimentos expressados pelos indivíduos tendem a construir conceitos que resultam no conteúdo disponibilizado pelas mídias e atores sociais, ou seja, as imagens.

Ao adentrarmos novamente à percepção comercial, dessa vez, no que se refere a imagem e imaginário, é crucial ressaltar que para a aquisição de qualquer produto ou serviço, é primordial o seu conhecimento. Quando nos referimos ao turismo, buscar informações sobre deslocamento, alimentação, aspectos culturais, ou outros critérios ditos importantes são fundamentais e fazem parte da afirmação da escolha frente às indecisões do consumo e inúmeras possibilidades presentes no mercado.

A relação de imagem e imaginário se concilia às necessidades destacadas por Maslow quando se pensa em ideação e procura de destinos. Mas sobretudo, se alia com os benefícios por trás de uma compra. Pois, como citado anteriormente, suprir uma necessidade é fundamental para a demanda por um produto ou serviço. Porém, uma compra é influenciada por questões mais complexas que apenas sua necessidade.

Las Casas (2007) enfatiza que a divulgação dos serviços deve focar sempre no benefício que proporciona. O autor continua ao afirmar que na comunicação há a necessidade de se formar uma imagem, uma vez que a forma pela qual o consumidor a visualiza no momento da necessidade de consumo é determinada pelas informações e conceito adquiridos. Ou seja, em primeiro momento a necessidade é o fator motivacional para a compra, porém, ela acontece apenas após ser influenciada pela imagem que o produto possui. Não se esquecendo que sua demanda se relaciona com os benefícios disponibilizados, assim, contribuindo para o valor dado pelo cliente para o que está sendo ofertado. Pois, quando se necessita de um produto ou serviço, automaticamente o seu valor aumenta para o consumidor. O mesmo pode se afirmar aos produtos que geram um maior benefício.

À vista disso, sabe-se que qualquer aquisição está atrelada a um diferencial. Ribeiro e Fleury (2006, p.19) classificam os benéficos esperados por um produto ou serviço da seguinte forma:

- **Benefício funcional:** O cliente espera do produto ou serviço um conjunto de características ou possibilidades de aplicação, tais como disponibilidade, facilidade de uso, eficiência ou desempenho, adequado ao seu negócio ou necessidade.
- **Benefício psicológico:** São benefícios orientados por fatores psicológicos, tais como busca de status, segurança, afiliação (o sentimento de pertencer a um grupo).
- **Benefício econômico:** Os clientes valorizam principalmente preços baixos.

A partir do entendimento que as informações são de livre acesso e contribuem para a formação de uma ideia de destino, a preocupação e o resguardo com o que está presente nas mídias são necessários. Pois, “o sentimento mobilizado se materializará numa aceitação ou rejeição do produto” (GASTAL, 2005, p. 38). Como destacado por Williams (apud GASTAL, 2005, p. 56), cada vez mais, o que é consumido não são produtos e serviços em si, mas a aura a eles agregada que se torna significado ou signo emancipado do produto.

Diante disso, a concepção da imagem e imaginário de um destino está pautado no foco dado às transmissões de informação via mídias, nos relatos dos moradores e visitantes, na divulgação das ações dos gestores, no direcionamento da busca do turista, nos fatores históricos da localidade e na subjetividade do indivíduo. Pois, diferentemente de apenas um produto, as cidades agregam histórias que tendem a engrandecer e mistificar sua imagem e imaginário. Isto é, as informações podem ou contribuir para o valor dado a cidade como destino turístico, ou criar entraves que dificultam o surgimento da motivação para usufruí-la, sendo o destino turístico e os aspectos que o compõem o diferencial em si, no mais, questões que se atrelam ao processo compra tendem a fazer a diferença.

Com isso, entende-se que as informações trazem consigo uma gama de sentimentos que avigoram na compreensão das cidades, juntamente com as relações ambientais ali presentes. As informações, boas e ruins, se misturam e no turbilhão de reportagens, fotos e opiniões, as cidades se formam singularmente para cada indivíduo.

As imagens e imaginários contribuem para a edificação da cidade em si. A forma como é vista auxilia na geração de reações sociais que justificam e realimentam a ideia construída. Nesse sentido, favorece para a formação do clima citadino. Fato utilizado para a promoção de destinos turísticos ao relacioná-los à noção de hospitalidade.

[...] devemos pensar na cidade como um lugar para viver e ser imaginado. As cidades se constroem com casas, parques, ruas, rodovias e sinais de trânsito. Mas as cidades se configuram também com imagens. Podem ser a dos planos que as inventaram e organizaram. Mas eles também imaginam o sentido da vida urbana pelas novelas, músicas e filmes, os relatos da imprensa, o rádio e televisão. A cidade se mostra densa ao carregar-se com fantasias heterogêneas. A cidade programada para funcionar, projetada, se transborda e se multiplica em ficções individuais e coletivas. (CANCLINI,1999, p.107)

Os conceitos discutidos tendem a abranger as mais diferentes subjetividades humanas, ao considerarem todo o histórico do indivíduo, uma vez que a criação de imagens e imaginários se pautam nas experiências e gostos de cada um. Considerar algo bom ou ruim, belo ou feio, caro ou barato, são exemplos da subjetividade humana que se estruturam pelo ambiente social em que se encontram. Os conceitos bastante utilizados para o turismo podem ser empregados em diferentes produtos e serviços, mas não se limitam a eles.

Todos os indivíduos têm a capacidade de imaginar os mais diferentes objetos e características, da mesma forma que existem inúmeros sentimentos que podem ser atribuídos a eles. Porém, todo esse processo é influenciado. Por exemplo, a palavra “turista” é ampla e abrangente. Com uma rápida chamada do termo no Google Imagem, entre as fotos e caricaturas ali presentes repete-se a figura do homem branco jovem. Há raras mulheres que, neste caso, aparecem confortavelmente instaladas junto (ou atrás) de uma figura masculina. Das centenas de imagens, em apenas duas há presença de pessoas negras, sendo totalmente ausentes orientais ou árabes, quando da consulta. Mas, viajar é um imperativo. Ou, sendo mais preciso, uma ‘normalidade’, para maiorias e para minorias étnicas.

Boyer (2003) nos relata que, em paralelo a ‘invenção’ do turismo, houve a invenção dos lugares turísticos. O turismo é contemporâneo à Revolução Industrial, quando os motores que movimentam as fábricas também dão vida ao trem, ao carro e ao navio a vapor e, muito importante, à máquina fotográfica e ao cinema. O volume de pessoas que passa a viajar induz à organização econômica da atividade, mesmo que

nestes meados de século XXI a viagem ainda seja acessível a poucos. Tais ‘poucos’ procuram lugares como as estações de esqui ou as praias do Mediterrâneo, antes frequentadas pela aristocracia. Ato contínuo, os aristocratas se retiram dos mesmos, para inventar novos lugares.

Retomando Boyer (2003) e a invenção do turismo, o autor destaca que tal invenção se daria no contexto romântico embalada pelo amor pelo campo e pelo lúdico, em termos de conteúdo, e pelo pitoresco, em termos de visualidade. Nos períodos subsequentes, mesmo que a atividade tenha se ampliado na sua presença na sociedade e que apresente novas performances, observa-se que a estética a condicionar o jeito de olhar e o que é visto se mantem a mesma. Apenas nos anos 2000, a publicidade se renova em termos de forma e conteúdo, com os espanhóis na dianteira. As campanhas I need Spain e Marca España, apresentam um novo turista e um novo turismo.

Conclui-se então, que as novas tecnologias decorrentes da pós-modernidade possibilitaram a interação dos agentes sociais em diferentes níveis, facilitaram os processos de comunicação e influenciaram nos processos de captação de informação. Que por sua vez, são responsáveis pela formação das imagens e imaginários dos destinos turísticos. A importância das cidades nesse processo é justificada pelo clima citadino e pelas características sociais que o compõem. Esses representam o nome e o prestígio que cada destino possui, uma vez que geram sentimentos que podem se manifestar na sua aceitação. Assim, tornando-se conceitos importantes para o estabelecimento do turismo.

1.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Para que se inicie uma discussão sobre as políticas públicas é necessário saber quem as elabora e para quais finalidades. Para este fim, partiremos do conceito de Estado e por meio dele perpassaremos por demais conceitos importantes para a essa discussão.

Entende-se o Estado como “uma sociedade política dotada de algumas características próprias, ou dos elementos essenciais a seguir descritos, que a distinguem das demais: povo, território e soberania” (PINHO, 2012, p. 19).

“O Estado consiste em uma relação de denominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima”, sendo sua existência “condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (WEBER, 2004, P. 57).

Dallari (2009, p. 43 e 44) afirma a existência da dificuldade de encontrar um conceito de Estado que satisfaça a todas as correntes doutrinárias, porém com a análise de uma grande variedade de conceitos revela duas orientações fundamentais: “ou se dá mais ênfase a um elemento concreto ligado à noção de força, ou se realça a natureza jurídica, tomando-se como ponto de partida a noção de ordem”. Ou seja, por mais que haja a dificuldade de conceituação, é sabido que ele é responsável pelos instrumentos que proporcionam a ordenação de um povo. Para tal, se utiliza ou da força (violência legítima) ou de sua natureza jurídica.

O Estado é gerido por um governo, podendo ele ser monárquico ou republicano, no qual pode se estabelecer por meio de um sistema presidencialista ou parlamentarista e possuir um regime político democrático ou não democrático. Estes conceitos se unem para a formação dos preceitos por trás de um Estado e podem traduzir as ações realizadas, ou não realizadas, por ele através das políticas públicas.

Conforme levantamento realizado por Souza (2002), existem diversos olhares sobre a conceituação de políticas públicas:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (Souza, 2002, p. 4).

Dos conceitos apresentados é importante destacar uma noção de ação e reação oriundo do Estado sobre a vida dos cidadãos. O conceito de Laswell simplifica uma lógica que realça a obrigatoriedade das políticas públicas em fazer a diferença, se justificar frente as necessidades da população e se afirmar quanto ao um possível direcionamento, ou seja, uma política voltada apenas à uma parte da sociedade, por exemplo, aos jovens e adolescentes, para uma área específica, o turismo, ou seguindo

uma dimensão determinado, como a social ou a econômica. Esse direcionamento, assim como a política pública em si, vai ao encontro com a agenda estabelecida pelo governo, no qual reconhece e define os problemas presentes no país (Souza, 2002).

Gastal e Moesch (2007) apresentam o conceito de políticas públicas como uma construção histórica objetivada pelo usufruto efetivo da sociedade sobre os bens, serviços e obras públicas a partir da construção de um controle social que se caracteriza pela democratização do acesso e democratização da gestão. Uma visão mais contemporânea que se utiliza da compreensão de democracia aliada às ações do governo. Contemporânea, pois, por mais que a democracia tenha sido criada há 2.500 anos na Grécia, o seu entendimento se fortaleceu apenas com a utilização dos meios de comunicação em massa, recurso esse disponível a partir difusão das novas tecnologias, segundo Toro (2005).

Já a definição ofertada por Saraiva (2006, p. 28) conceitua políticas públicas como: “um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Nesse caso, as decisões mencionadas são condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e mudanças que elas desencadeiam no tecido social, além de serem influenciadas pelos valores, ideias e crenças dos variados grupos que influam no processo decisório. O pano de fundo no qual se desenrola esse cenário tem o turismo e as Políticas Públicas no Brasil como marcas pela busca da consolidação da democracia, da justiça social, da manutenção do poder, dentre outras questões.

Como mencionado, a escolha da agenda do governo direciona os esforços, via políticas públicas, para a solução dos problemas. No caso de políticas sociais, por exemplo, elas devem determinar o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, para Höfling (2001).

Conforme Piana (2009, p. 22) não há como definir o período exato do surgimento das “políticas sociais”, porque “como processo social, elas se originam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal”. Em consonância com esta autora, Mauriel afirma que:

Foi justamente no contexto de lutas sociais para implementação da Seguridade Social brasileira que ganhou terreno a estratégia de combate direto à pobreza. Em meio a um ambiente de desresponsabilização e desoneração do Estado em relação ao enfrentamento da questão social e de fomento à filantropia empresarial e ações das organizações da sociedade civil para assumir a execução das atividades que antes eram de responsabilidade do poder público, a ampliação das ações de combate à pobreza e sua crescente centralidade na agenda das políticas sociais ocorre simultaneamente ao “desmonte da Seguridade Social” (MAURIEL, 2010, p. 174).

Rocha (2016, p. 72) problematiza essa perspectiva que concentra problema e solução no próprio sujeito, sustentando que “não é o sujeito que é vulnerável, mas sim todo um contexto que o condiciona a essa situação. Nessa perspectiva, a autora afirma que “não é por falta de ‘esforço’ que ele não sai desse lugar. Há um imbricamento de fatores sociais que produzem e fazem a manutenção desses contextos vulneráveis”. Tais fatores são, para Rocha, contextos em que há ausência ou dificuldade de acesso a condições de vida e de direitos, tais como o trabalho, a proteção social, os bens culturais, a saúde e a educação.

As políticas públicas trazem consigo a responsabilidade de serem democráticas, de visarem à dignidade do homem e seu desenvolvimento enquanto integrante de uma ordem social. O Estado assim é responsável pela formação integral do homem e ao contexto social em que ele está inserido. Pelas incumbências do Estado, entende-se então que são de sua diligência o cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos e as ações a ela atrelado.

No caso dos Direitos Humanos, é com o diálogo e com a ação transaccionalmente organizada de grupos de oprimidos que se distinguirá uma política emancipatória de uma política meramente regulatória, buscando um “universalismo concreto” construído por meio de diálogos interculturais sob diferentes concepções de dignidade humana. (SANTOS; CHAUI, 2013)

As políticas públicas se materializam por meio de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação em rede atores, gasto público direto, contratos com stakeholders dentre outros (BRANCALEON, 2015, p. 2).

Para que a sociedade bem receba essas ações do Estado é necessário que elas apresentem governabilidade e sejam debatidas publicamente, uma vez que ao irem pelo caminho contrário, sua aplicação tende a fragmentar a sociedade, deslegitimar as

instituições e criar condições para a violência, desordenando o comportamento (TORO, 2005). Sendo assim, são exigências para o cumprimento do papel do Estado: a transparência, a eficiência e a eficácia.

O turismo gradualmente instalou-se na agenda política como uma ferramenta para reduzir a pobreza, promover os direitos humanos e até mesmo como um reforço da solidariedade e de encontro entre os povos de paz e ética. Assim, e de forma exponencial, o setor do turismo tem se destacado como um fator chave na redução da ampla gama de vulnerabilidades – não é, por acaso que mais de metade dos países mais pobres consideram o turismo como uma ferramenta para reduzir pobreza.

No entanto, o desafio, paradoxalmente, consiste em pensar como o turismo poderia reduzir a pobreza estrutural (a grande vulnerabilidade) – o que, sem dúvida, exige um trabalho crítico a fim de expor as causas que a geram, e propor que a estratégia de desenvolvimento sustentável em evolução possa partir do turismo e não o inverso. É urgente que abordemos os elementos sustentáveis que não são alcançados pelo PIB, pela Conta Satélite do Turismo ou por outros instrumentos de governos de países recebedores de turistas; destarte, abordar o turismo como um causador de vulnerabilidade é um exercício necessário para poder desenvolvê-lo de modo sustentável.

Vulnerabilidade, segundo Pizarro (2001), é um conceito que enfatiza questões sociais como a insegurança e impotência experimentada por comunidades, famílias, mulheres e homens como resultado do impacto causado por algum tipo de evento econômico-social. Em suma, a vulnerabilidade é a extensão da pobreza e, embora o turismo, por exemplo, efetivamente gere 10% do emprego global, ainda apresenta (e promove) inúmeras vulnerabilidades, tais como as desigualdades de gênero.

A elaboração de políticas públicas de turismo, por conseguinte, deve:

[...] (a) ter normatizações jurídicas, (b) realizar intervenções diretas na forma de linhas de financiamento, implementação de infraestrutura, gerenciamento de informações, treinamento e qualificação de recursos humanos, com lógica da proteção a grupos e comunidades frágeis quer por razões econômicas, quer por razões culturais, (c) consolidar diretrizes políticas que não incentivem apenas o Turismo nos seus desdobramentos econômicos, mas também nas suas implicações socioculturais centradas na pessoa, ou seja, no turista. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 42)

Para que sejam elaboradas é fundamental que o governo entenda o papel do setor público perante a área, assim como, tenha clareza sobre a concepção de turismo que defende, sobre qual a visão de desenvolvimento buscar e sobre quais são os seus compromissos (GASTAL; MOESCH, 2007). Para esse fim, é fundamental buscar entendimentos como o de Lockwood e Medlik (2003) sobre as funções dos setores público e privado do turismo. Os autores trazem a compreensão da necessidade de articulação entre os setores e transmitem a noção de liderança exercida pelo Estado. Uma vez que ele se responsabiliza por representar, coordenar e desenvolver os interesses do turismo.

Os organismos do setor privado são o centro fornecedor de serviços de hotelaria, transporte e entretenimento, que também apoiam o marketing de destinações, como podemos ver, por exemplo, com as operadoras de viagem e companhias aéreas. A intervenção do setor público ocorre em razão de vários fatores, sobretudo pela necessidade de regular as atividades do setor privado, fornecer infraestrutura e superestrutura não remuneradas, remover obstáculos para um desempenho melhor do setor privado e retificar os fracassos do mercado (LOCKWOOD; MEDLIK, 2003, p. 286).

Neste sentido as políticas públicas devem intervir junto as regiões, populações com maior vulnerabilidade enquanto um processo complexo que implica no reconhecimento de alguns pontos: a) as relações de poder e os conflitos advindos de disputas por/nos territórios; b) o processo histórico de vulnerabilização de povos, invisibilidade e não reconhecimento dos sujeitos enquanto portadores de direitos (PORTO, 2011). Ou seja, colocando em relevo que o enquadramento, a priori, de determinadas pessoas, populações como “vulneráveis” pode ser também uma maneira de as condicionar, aprisioná-las a este processo, já as políticas públicas podem ser emancipadoras quando restabelecem a equidade e concertação.

Com o desenvolvimento do turismo, as experiências ora podem ser tidas como positivas no plano econômico, ora podem ser negativas nas dimensões socioculturais. Porém, ainda permanecem as assimetrias, as situações de subalternidade. Deste modo, abordar experiências que sinalizem para possíveis saídas destas zonas de ambiguidade que a ideia de vulnerabilidade contém, poderá ampliar nosso olhar para dinâmicas internas de valorização da identidade e da cultura local pelo turismo. Assim, tornando as políticas públicas promotoras de mudanças concretas.

1.4 A VIOLÊNCIA NO COTIDIANO DAS RELAÇÕES SOCIAL

Assim como os conceitos de turismo e de políticas públicas, o conceito de violência possui diversas óticas. A base para o seu entendimento está no uso do poder, ou como destacado por Arendt (1994), no abuso dele. Para adentrar neste assunto e criar uma linha de raciocínio para se inferir sobre o conceito de violência e suas variações, será utilizado o conceito de poder.

Para Foucault (1979), “poder é uma coisa enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte”. O autor apresenta o poder como algo que “sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro” e como algo que “não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”.

Pode-se considerar o poder como algo que está atrelado ao “incomparável prazer” de “fazer com que os outros ajam como eu quero” e se relaciona com “dar ordens e ser obedecido”, sendo o domínio considerado a sua essência (JOUVENEL, 1945 apud ARENDT, 1994, p. 22-23).

Weber (2005) apresenta a existência de três tipos puros de poder: o poder tradicional, sustentado no patriarquismo e regido estritamente pela tradição; o poder carismático, no qual a autoridade é escolhida por meio de seus dons pessoais, heroísmos ou por outras qualidades exemplares; já no terceiro tipo de poder, o poder fundamentado na legalidade, a autoridade é escolhida por meio de um estatuto legal, em regras racionalmente estabelecidas ou como destacado por Weber, “a autoridade é fundada na obediência”(WEBER, 2005, p. 57-58).

Dos tipos de poder apresentados, o Estado e seus agentes se fundamentam no poder da legalidade para exercer as suas funções. O poder tradicional, pautado na noção de senhor e súdito, se caracterizam principalmente pelo patriarquismo, podendo também ser associado a dominação do pai da família e do chefe soberano. O poder carismático destaca os profetas, heróis de guerra e líderes políticos como seus representantes. Todavia, por conta da globalização e da disseminação das mídias, acredito ele ser incrementado com a presença dos atores midiáticos e dos *digital influencers*.

Para Arendt (1994), a violência é a destruição da cooperação e do consenso e vai contra a ideia do poder. Pois, ele se estabelece por meio do assentimento de um grupo e não surge individualmente. A violência, no caso, é o instrumento para contornar a ausência de poder e aparece justamente quando o consenso é quebrado. Assim,

violência e poder se relacionam apenas quando a autoridade em vias de perder poder, utiliza a violência para persistir.

Para a OMS, violência é: “O uso intencional de força ou poder físico, de fato ou como uma ameaça, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que causar ou ter uma alta probabilidade de causar lesões, morte, danos psicológicos, distúrbios do desenvolvimento ou privação” (OMS, 2014, p.5).

Para Garver (1968) a violência está mais diretamente ligada à ideia de violação do que à ideia de força, sendo ela baseada na negligência e negação de direitos como os direitos ao corpo, a autonomia (possibilidade de se tomar decisões) e seus desmembramentos, como, por exemplo, o direito à liberdade e ao produto do próprio trabalho.

Ao se referir a direitos, é necessário destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Um documento elaborado após a Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de descrever os direitos básicos de todos os seres humanos. Baseado no conceito de Garver (1968), podemos depreender que o não cumprimento da Declaração acarreta em um ato de violação, ou seja, um ato de violência.

Além da compreensão trazida através da noção de violência como instrumento de permanência no poder e dos conceitos apresentados, é fundamental evidenciar os tipos e as naturezas de violência utilizados pela OMS, pois eles proporcionam explicativa e visualmente o entendimento do conceito e trazem à tona questões que vão além da simples dominação de um homem sobre outro, no qual constam em sua relação as possibilidades de violência auto infligida e coletiva, além da violência interpessoal.

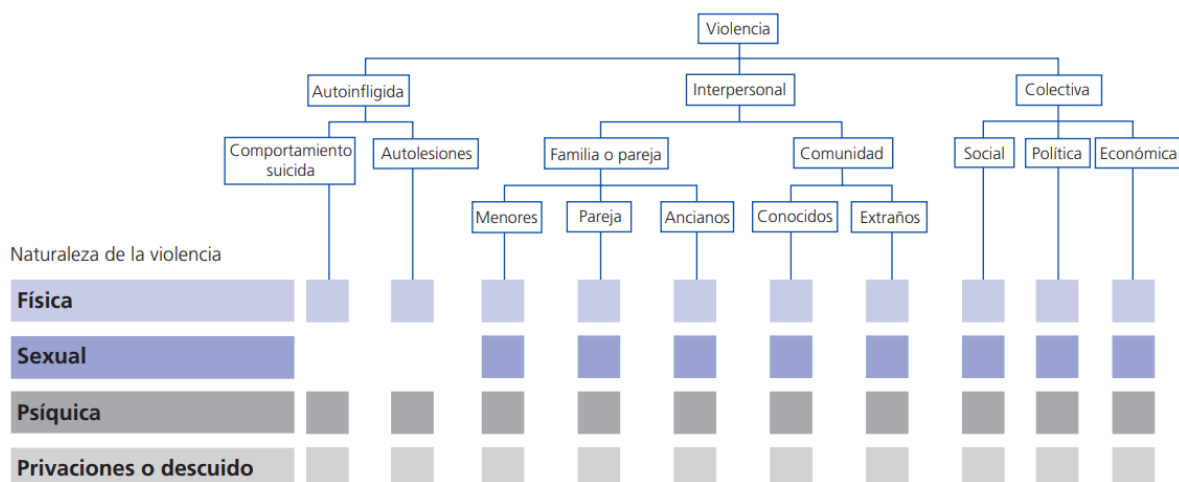


Figura 3 - Tipos e Naturezas da Violência
Fonte: OMS, 2014

Para Misse (1999, p. 44-45), o conceito em discussão pode ser entendido de forma incriminável, ou seja, através da utilização do contra poder - força utilizada contra os detentores de poder por meios reformistas, revolucionários, insurrecionais, terroristas e simplesmente criminais, ou não incriminável, por meio das violências legítimas e estruturadas socialmente - violência das estruturas sociais, do sistema, das classes dominantes, institucional do Estado, e assim por diante. Sendo as cidades palco da violência, pois,

A cidade como lugar das desigualdades se intensifica em certos contextos históricos, a exemplo o da consolidação do capitalismo e suas conseqüentes transformações. Este quadro colabora na interiorização da violência na medida do grau de frustração com base nas aspirações e bloqueios advindos tanto do desejo de qualidade de vida quanto dos estímulos da sociedade de consumo dirigido. Além disso, produção de riqueza e violência urbana caminham juntas, a primeira, por sua natureza, produz riscos que se evidenciam na cidade. Sejam eles: ambientais (degradação socioambiental como aquecimento global, escassez de água potável, poluição do ar etc.), sociais (baixa qualidade de vida, desemprego, ausência de equipamentos de saúde e educação etc.), de transporte e segurança pública e muitos outros (WEYRAUCH, 2011, p. 3).

Stevanim (2000) destaca a modificação da prática da violência no Brasil, no qual migrou da tortura e abusos cometidos contra presos políticos, desrespeitando os direitos humanos, durante o regime autoritário pós-64 - violência política, para, com a redemocratização, atingir principalmente as classes desprivilegiadas - violência social.

Dado que o entendimento exposto, assim como os demais, proporciona uma clareza do conceito de violência por destacar questões relevantes para a sua compreensão, da mesma maneira que torna perceptível a existência de vários entendimentos que se relacionam principalmente por meio das relações de abuso do poder ou da utilização do contra poder. Portanto, manifestando um impacto negativo a todos os envolvidos e desestruturando o ambiente social em que está inserido. É conclusa então, a compreensão da violência como integrante dos conflitos sociais cotidianos, sendo a sua utilização nociva socialmente pelo impacto que proporciona.

A violência, por conseguinte, associa-se a desigualdade por meio da força impositiva do capitalismo, no qual estimula a desestruturação social por meio da construção de paradigmas dominantes sobre uma população que impossibilitada de concretizar os preceitos por trás do capital, busca por meio de ações hostis se integrar ao meio. Ou, através do não fornecimento de condições dignas promovidas via políticas

sustentáveis e eficazes que visem reduzir a desigualdade estrutural através da educação, assistência médica e oportunidades econômicas.

A análise desta relação tão complexa turismo e violência urbana indica a necessidade de descrever o objeto do estudo proposto, ou seja, o papel do destino da cidade do Rio de Janeiro para o fluxo de turismo internacional para o Brasil, o que será apresentado no segundo capítulo desta monografia.

CAPITULO 2 – O CAMINHO METODOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO - TURISMO NO RIO DE JANEIRO

2.1 CAMINHO METODOLÓGICO

A devida monografia terá como estratégia metodológica para a análise do objeto a abordagem qualitativa, como processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo.

Historicamente, a pesquisa qualitativa surgiu a partir da Antropologia. Pesquisadores perceberam que a vida dos povos não podia ser quantificada e precisava ser interpretada de forma mais ampla (TRIVIÑOS, 1987). Devido a isso, a abordagem qualitativa possui caráter representativo e descritivo, a interpretação dos resultados surge da especulação do objeto de estudo na sua totalidade, de forma lógica e consistente. Ademais, essa metodologia se preocupa com o processo e não apenas com os resultados e o produto:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento. (OLIVEIRA, 2007, p, 59)

Esse tipo de abordagem facilita analisar e descrever a complexidade dos problemas e hipóteses, e compreender o objeto de estudo. Dessa forma, captando não só a aparência do fenômeno como, também, sua essência: “busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana” (TRIVIÑOS, 1987, p. 129).

A análise do objeto terá um caráter de ampliação de conhecimento, tendo como objetivo conhecer a variável de estudo, tal como se apresenta o seu significado e o contexto em que ele se insere. O estudo de caso será o principal método utilizado para análise e compreensão do nó crítico do problema construído. Segundo Triviños (1987, pg. 137) o estudo de caso é considerado:

Uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito.

Segundo YIN (2005, p. 26):

Conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas neles envolvidas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferencial do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências.

Nesse sentido, se utilizará o método exploratório e descritivo onde serão analisados documentos, observações de fatos e o procedimento metodológico que se aplica ao objeto de estudo. As ferramentas utilizadas para estudo de caso serão a internet, notícias de jornais, e indicadores de análise da violência urbana e de fluxos turísticos.

Para responder aos objetivos propostos:

- Descrever o papel do destino da cidade do Rio de Janeiro para o fluxo de turismo internacional para o Brasil;
- Analisar o contexto sócio histórico da cidade do Rio de Janeiro e o crescimento da violência pública;
- Contextualizar a relação da violência e o fluxo turístico na cidade do Rio de Janeiro;
- Analisar a política de promoção da cidade do Rio de Janeiro pela Embratur como destino turístico.

O estudo de caso proposto terá caráter empírico que investigará o fenômeno dentro do seu contexto real. Através da pesquisa exploratória e descritiva, espera-se encontrar respostas para o problema de pesquisa, “como a desconexão entre a política pública de segurança para a cidade do Rio de Janeiro, intervenção federal, e a política de promoção implementada pela portaria 82/2017(Mais Rio Mais Brasil) da Embratur impacta na imagem propositiva do destino turístico? ”, ampliando o conhecimento e a informação para a sociedade atual e encontrando respostas para inquietações pessoais do pesquisador.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas autores de conhecimento notório e documentos do IBGE, da DATASUS, do Instituto de Segurança Pública (ISP), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Turismo e

Embratur por meio dos estudos elaborados e dos dados disponibilizados ao público. Soma-se as notícias de jornais online como O Globo, El País, Diplomatique, Estadão, BBC, The Guardian, Los Angeles Times, Carta Capital, o blog Rio on Watch, sobre a violência urbana, além da Portaria 82/2017 intitulada “Mais Rio Mais Brasil” e o Decreto n.º 9.288/2018 que promulgou a Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

2.2 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO, O TURISMO E A VIOLÊNCIA

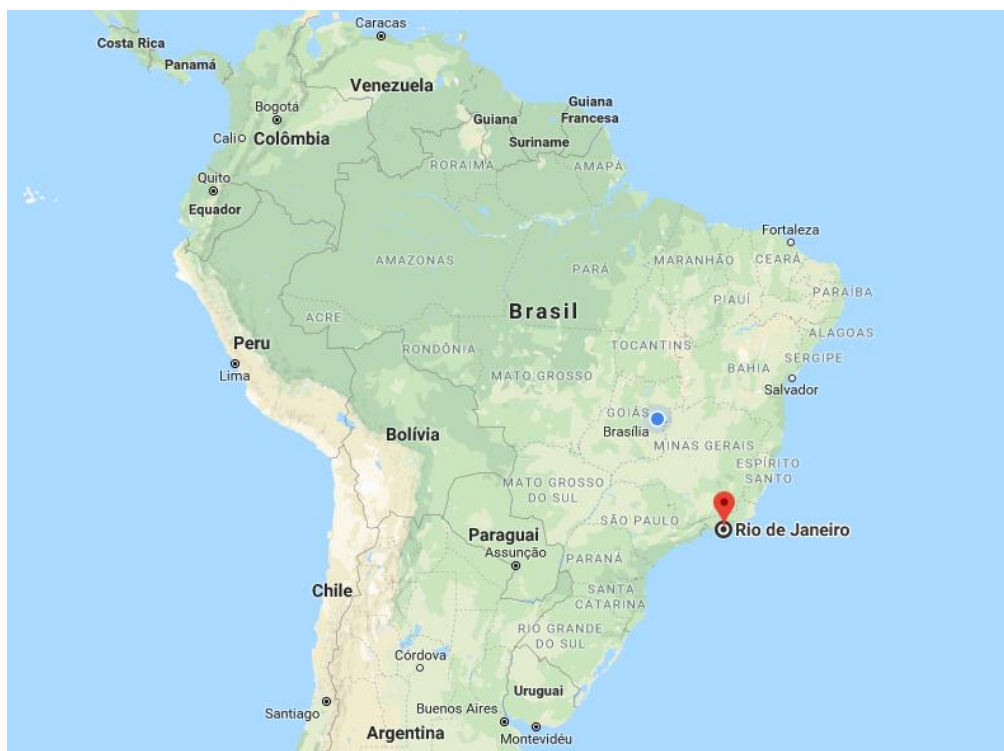


Figura 4 - Localização do Rio de Janeiro no Brasil
Fonte: GOOBLE, 2018

A história do Rio de Janeiro se inicia em 1502 com a segunda expedição exploratória portuguesa comandada por Gaspar Lemos. Entre a sua descoberta e a efetiva fundação em 1º de março de 1565, ocorreram diversos conflitos com exploradores franceses que também tentavam colonizar a região. Com a vitória comandada por Estácio de Sá, Portugal se estabeleceu e fundou em 1 de março de 1565 a cidade São Sebastião do Rio de Janeiro.

Com o avanço dos anos, o Rio de Janeiro se desenvolveu ao ponto de se tornar a cidade mais populosa do Brasil, com cerca de 30.000 habitantes (NEXO, 2016). Por sua relevância e proximidade acabou se tornando o foco do escoamento do ouro retirando de Minas Gerais, dando ainda mais destaque e importância para a cidade.

O fortalecimento econômico decorrente do porto e da produção agropecuária, principalmente do café, atraiu diversos fatos da história do Brasil e impactou o desenvolvimento do Rio de Janeiro, entre eles, a mudança da capital da colônia para a cidade (1763), a vinda da coroa portuguesa em fuga da invasão napoleônica (1808), sua transformação em capital do Império a partir da Declaração de Independência do Brasil (1822), além de ser afetada pela abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889).

Quando o Brasil finalmente aboliu a escravidão em 1888, escassos esforços foram feitos para integrar os ex-escravos, o que imediatamente os colocou numa posição de desvantagem e pobreza. Os ex-escravos libertos e um influxo de migrantes de outras partes do país construíram moradias onde puderam, na falta de moradia a preços acessíveis planejada pelo governo, propiciando o surgimento das primeiras favelas da cidade. (RIO ON WATCH, 2016)

Possuidora de escolas, museus, bibliotecas e até do primeiro jornal impresso do Brasil - a Gazeta do Rio de Janeiro, a, até então, capital do Brasil formada por grandes políticos e agricultores, passou a se destacar também como fonte de cultura e conhecimento. Porém, ainda precária em questões de organização urbana e saneamento, sofreu com epidemias de febre amarela, varíola e cólera.

Por tais epidemias e pelo descontentamento com o governo, surgiu, entre outras revoltas, a Revolta da Vacina (1904), que possuiu o objetivo de lutar contra o “processo de higienização” do centro da cidade. Uma máscara para levar a população pobre para o entorno e fortalecer o centro da cidade, contribuindo assim para a sua imagem de riqueza e organização.

Com o deslocamento dos pobres, juntamente com o crescimento contínuo e desordenado da população, o resultado foi o processo de favelização dos morros. Fato que contribuiu para a mudança da imagem da cidade, porém não como pretendido pelos governantes da época, pois, com a ocupação dos morros, outros processos de ordenamento público foram dificultados.

A evolução da forma urbana carioca (...) reflete, em grande parte, as contradições existentes no sistema político-econômico do país àquela época. De um lado, os Governos da União e do Distrito Federal, representando as classes dominantes, atuam preferencialmente na esfera do consumo, incentivando a continuidade do processo de renovação urbana da área central e de embelezamento da zona sul. As cirurgias urbanas se sucedem, afetando, como sempre, os bairros pobres da cidade. Por outro lado, e não contando com qualquer apoio do Estado, as indústrias se multiplicam na cidade e começam a se expandir em direção aos subúrbios, criando novas áreas,

dotando-as de infraestrutura e, principalmente, gerando empregos. Estes, por sua vez, atraem mão-de-obra numerosa, que tanto se instala nos subúrbios, como dá origem a novas favelas, situadas próximas às áreas industriais (ABREU, 1987, p. 63).

O Rio com seus mais de 450 anos possui um arcabouço de histórias que contribuiu para a sua formação enquanto cidade e para o desenvolvimento do Brasil enquanto país. Sua relevância histórica e econômica não pode ser questionada, muito menos desvinculada do processo de evolução do que hoje chamamos de cultura brasileira. Palco dos mais diversos aspectos naturais e intervenções culturais, se tornou o que hoje consideramos como uma cidade de memória, ou como a conhecemos, a Cidade Maravilhosa.

Historicamente não se sabe ao certo quem atribuiu o título a cidade, porém, é sabido o porquê de tal designação. O Rio de Janeiro é composto por uma infraestrutura urbana de metrópole, uma das maiores florestas urbanas do mundo (que correspondem a 10% de seu território), possui o ar fresco das montanhas, a brisa marítima, é o local onde grande parte da vida social acontece nas praias e dispõe em sua paisagem de monumentos de autoria humana e natural, como o Cristo Redentor, o Corcovado e o Pão de Açúcar.



Figura 5 - Mapa do Rio de Janeiro

Fonte: GOOBLE, 2018

A cidade do Rio de Janeiro, capital do estado do Rio de Janeiro, localizada na parte ocidental da Baía de Guanabara, possui, segundo o último censo (2010), 6.320.446 habitantes, dos quais 53,2% são mulheres e 46,8% homens. A relação entre a população

citada e o território de 1.200,177 km², resulta em uma densidade demográfica de 5.265,82 hab./km². Vale ressaltar que 100% das moradias estão em área urbana, das quais 94,4% possuem esgotamento adequado. As vias públicas apresentam 70,5% de arborização e 78,4% de urbanização, ou seja, a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. O município conta com um índice de desenvolvimento Humano de 0,799 e o gentílico do município é carioca (CIDADES, 2018).

No que se refere a trabalho e renda, o município conta com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 4,3 salários mínimos (2015). Comparativamente, representa o 2º melhor salário médio do estado, ficando atrás apenas de Macaé com 7,5 salários mínimos (o maior do país) e o 31º do Brasil. Em paralelo, 31,4% de sua população sobrevivem com um rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (CIDADES, 2018).

Quando nos referimos à população ocupada, o município conta com um percentual de 43,1% em relação sua à população total. Para entendimento proporcional, isto significa a 1ª colocação no estado e a 2º no país (CIDADES, 2018).

Além do salário e da porcentagem de ocupação da cidade do Rio de Janeiro, seu PIB per capita também apresenta um alto valor, R\$ 49.527,98. Ranqueando o dado, encontramos a mesma situação da população ocupada, 1ª colocação do estado e a 2ª do país. Ambos os dados, o Rio de Janeiro se encontra atrás apenas de São Paulo (CIDADES, 2018).

Os dados apresentados representam uma realidade destoante do restante do país, no qual não possui valores tão altos de salário médio, população ocupada e PIB per capita. Por outro lado, se assemelha quando falamos em distribuição de renda. A concentração de renda é uma realidade histórica do Brasil que afeta aspectos sociais básicos como acesso à saúde, educação e contribui para o aumento dos índices de violência. Curiosamente, a concentração de renda vem aumentando no município, passando 0,60 em 1991 para 0,62 em 2010, conforme tabela abaixo.

	1991	2000	2010
Índice de Gini	0,60	0,61	0,62

Quadro 1 - Índice de GINI

Fonte: PNUD, Ipea e FJP in: Atlas Brasil, 2013.

O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura à medida em que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda. (ABREU. 1987, p. 12 e 13)

A educação, retratada aqui por meio da porcentagem de analfabetismo, matrículas nas instituições de ensino e taxa de escolarização, pode ser descrita como boa, mas não alcança os mesmos patamares dos dados econômicos apresentados.

A cidade do Rio de Janeiro possui uma decrescente porcentagem de analfabetismo, no qual 5,6% é referente ao ano 1991, 4,0% ao ano 2000 e 2,7% ao ano de 2010 (DATASUS, 2010). Quando se refere a matrícula em instituições, é necessário um entendimento histórico para que seja criada uma base que possibilite realizar uma análise mais concreta. Para tal, segue abaixo tabela e gráfico demonstrativos dos dados de matrícula. Destaca-se a ausência das informações acerca das matrículas em instituições de ensino superior nos anos 2009, 2012 e 2015.

Nível de ensino	2005	2007	2009	2012	2015
Ensino pré-escolar	172242	126100	128983	128154	137100
Ensino fundamental	842155	754390	809884	803315	740526
Ensino médio	307930	248179	263500	239708	223603
Ensino superior	270952	285379	-	-	-

Quadro 2 - Quantidade de Matrícula em Instituições de Ensino - 2005/2015

Fonte: CIDADES, 2018.

Os dados elucidam uma realidade onde as crianças e jovens se encontram matriculados nas instituições de ensino, o que contribui para a diminuição da taxa de analfabetismo, como destacado anteriormente. Pela ausência de dados referentes ao ensino superior não é possível inferir sobre a quantidade de matrículas e a continuidade dos estudos da população carioca.

Em relação a taxa de escolarização, foram separadas informações sobre as crianças de 6 a 14 anos de idade e jovens de 15 a 24 anos. A primeira faixa etária possui a cifra de 96,9% de escolarização (IBGE, 2010). Quando nos referimos aos jovens de 15

a 24 anos (15,4% da população carioca), é observada uma outra realidade, no qual 16,2% não estudam, não trabalham e não procuram emprego, segundo dados do Instituto Pereira Passos (2013).

2.2.1 PANORAMA DO TURISMO NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

Para a compreensão do contexto do turismo no Brasil e no Rio de Janeiro, foram separadas informações estratégicas que exemplificam sua demanda e destacam em números a situação do setor. Para este estudo, serão considerados os dados e informações referentes ao fluxo turístico internacional.

Nos últimos anos o Brasil foi sede de megaeventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, nos quais contribuíram para a chegada de turistas internacionais ao país. Porém, o aumento decorrente de tais eventos, além de pequeno, não se tornou contínuo, conforme observado no Anuário Estatístico fornecido pelo Ministério do Turismo. O documento disponibilizado em 2018, apresenta, por exemplo, a chegada em 2017 de um total de 6.588.770 turistas (MTUR, 2018). Ou seja, um aumento de 42.074 mil turistas em relação ao ano anterior. O que representa o incremento de 0,64% no receptivo internacional do país conforme o Ranking de Mercados Emissores da Embratur (2018).

Para o aprofundamento da análise são apresentados dados sobre o motivo da viagem, as principais segmentações e dos principais destinos do país. Tais dados demonstram e caracterizam a demanda da área e fortalecem a afirmação feita acima. Sobre o motivo da viagem, o Estudo da Demanda Turística Internacional, apresenta que 56,8% das viagens internacionais para o Brasil possuem como motivação o lazer (MTUR, 2018). De tal estudo, destaca-se também os 21,1% presentes no item “outros motivos”, no qual fazem referência a visita a amigos e parentes. Os dados presentes no quadro 3 demonstram um avanço na procura do Brasil como destino de lazer.

Motivo da Viagem para o Brasil	Ano (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Lazer	46,8	46,5	54,7	51,3	56,8
Negócios, eventos e convenções	25,3	25,3	21,9	20,2	18,7
Outros motivos	27,9	28,22	23,4	28,5	24,5
Visitar amigos e parentes	24,4	21,8	20,1	25,2	21,1
Religião ou peregrinação	0,4	3,5	0,4	0,4	0,5
Estudo ou cursos	1,8	1,8	1,9	1,7	1,6
Motivos de saúde	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5
Compras	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros	0,6	0,4	0,4	0,5	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 3 - Motivo da Viagem para o Brasil

Fonte: Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil, 2017 - Ano base 2016.

Detalhando o turismo de lazer via segmentação, é possível observar no quadro 4, o segmento de Sol e Praia como majoritário em relação aos demais. Os seus 68,8% do total geral de viagens de lazer demonstram a força do litoral brasileiro e caracterizam grande parte da demanda internacional. O segundo segmento mais procurado é apresentado como Natureza, Ecoturismo e Aventura, diferentemente do que é estudado pela academia, os órgãos públicos, assim como o trade turístico, tendem, a unir segmentos, no caso, o Ecoturismo e Turismo de Aventura, além de acrescentar o nicho Natureza.

Um dado interessante apresentado na tabela abaixo, está presente no ano de 2014, onde é possível observar que o segmento Sol e Praia obteve um desempenho menor do que nos demais anos. Paralelamente, o item “outros”, mas especificamente

“Lazer relacionado a grandes eventos”, se destacou com 20% do total anual. Salienta-se que em 2014 ocorreu a Copa do Mundo FIFA. Outro destaque a ser feito é referente à 2016, onde ocorreu justamente o contrário de 2014. Em ano de Jogos Olímpicos, a chegada de turistas movida pela participação de grandes eventos foi de 2,8%.

Principais Motivações de Viagens de Lazer	Ano (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Sol e Praia	64,2	65,9	49,2	69,4	68,8
Natureza, Ecoturismo e Aventura	21,3	19,0	12,8	15,7	16,6
Cultura	10,6	11,4	10,3	12,1	9,7
Esportes	1,9	1,8	1,7	1,5	1,3
Diversão noturna	0,9	0,9	0,4	0,6	0,5
Viagem de incentivo	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1
Outros	0,8	0,7	25,4	0,5	3,0
Lazer relacionado a grandes eventos	-	-	20,0	-	2,8
Outras motivações de lazer	0,8	0,7	0,4	0,5	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 4 - Principais Motivação de Viagens de Lazer

Fonte: Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil, 2017 - Ano base 2016.

Já sobre os principais destinos de lazer, expressados no quadro 5, 32,2% do total a demanda é atribuída ao Rio de Janeiro. Ao se observar atentamente é possível compreender que sua posição não é meramente casual ou temporal. Pois, ela se repete anualmente. O segundo colocado, Florianópolis, por exemplo, apresenta tal colocação a partir de 2015, no qual São Paulo perde espaço. No mais, constam, independente da variação de posições, os principais destinos internacionais do Brasil.

Principais Destinos de Viagens de Lazer	Ano (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Rio de Janeiro – RJ	29,6	30,2	45,2	32,6	32,2
Florianópolis – SC	18,1	18,7	14,6	18,8	17,9
Foz do Iguaçu – PR	17,3	17,0	12,4	13,5	13,2
São Paulo – SP	10,5	10,7	19,4	9,7	9,1
Armação dos Búzios - RJ	7,9	8,3	7,5	9,1	8,1
Bombinhas – SC	4,8	6,1	3,8	7,6	5,5
Salvador – BA	6,2	5,7	7,3	5,9	4,9
Balneário Camboriú – SC	5,0	5,2	4,9	4,1	4,1
Angra dos Reis – RJ	4,7	4,2	4,3	4,5	4,0
Parati - RJ	3,5	3,8	3,7	3,7	3,4

Quadro 5 - Principais Destinos de Viagens de Lazer

Fonte: Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil, 2017 - Ano base 2016.

Além do lazer, é destacado como motivo de viagem os negócios, eventos e convenções, que com 18,7% do total de turistas, representam um outro olhar sobre a demanda internacional. Pois, estes não se deslocam para o Brasil para descansar e usufruir de nossa cultura, praias e diversidade. Esse tipo de turismo se caracteriza por se concentrar em grandes centros econômicos e políticos. É o caso apresentado pelo quadro 6, no qual São Paulo, detêm 41,2% desses turistas. Seguido do Rio de Janeiro com 30,1%.

Principais Destinos de Negócios, Eventos e Convenções	Ano (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
São Paulo – SP	48,3	47,6	44,3	45,1	41,2
Rio de Janeiro – RJ	23,9	24,4	27,5	24,5	30,1
Curitiba – PR	4,4	4,7	4,1	4,2	4,0
Porto Alegre – RS	4,1	4,7	4,4	3,6	3,5
Belo Horizonte – MG	3,5	3,6	4,5	3,3	3,3
Campinas – SP	3,5	3,8	3,4	3,1	2,8
Foz do Iguaçu – PR	2,9	2,9	2,8	2,9	2,7
Salvador – BA	2,8	2,6	3,9	2,1	2,7
Brasília – DF	3,8	2,7	3,1	2,7	2,5
Florianópolis - SC	1,6	1,5	1,7	1,5	2,3

Quadro 6 - Principais Destinos de Negócios, Eventos e Convenções

Fonte: Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil, 2017 - Ano base 2016.

Para finalizar a análise quanto aos motivos de viagem e seus referentes destinos, o item outros – detentor de 24,5% da demanda turística, destaca, assim como negócios, eventos e convenções, São Paulo e Rio de Janeiro, com respectivamente, 28,9% e 23,4% de seu total.

Principais Destinos de Outros Motivos	Ano (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
São Paulo – SP	28,5	28,4	28,6	26,5	28,9
Rio de Janeiro – RJ	20,6	29,7	27,0	21,5	23,4
Foz do Iguaçu – PR	5,8	5,9	4,7	6,3	5,2
Belo Horizonte – MG	5,5	5,6	5,4	5,4	4,9
Curitiba – PR	5,3	5,2	5,4	4,8	4,9
Salvador – BA	5,3	5,1	6,0	4,5	4,3
Florianópolis - SC	4,0	4,0	4,1	4,1	4,1
Brasília – DF	3,6	3,5	3,6	4,3	3,4
Porto Alegre – RS	3,7	4,0	4,1	3,5	3,3
Fortaleza - CE	3,2	2,9	3,5	2,6	2,8

Quadro 7 - Principais Destinos de Outros Motivos

Fonte: Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil, 2017 - Ano base 2016.

A importância do Rio de Janeiro para o turismo brasileiro é demonstrada ao se observar as tabelas apresentadas que fazem referência aos principais destinos, pois além de possuir grande parte da demanda de lazer, se destaca em segundo lugar nos motivos de viagem para negócios, eventos e convenções e outros. Quantificando sua importância, o Rio recebe sozinho mais de 1 milhão do total de turistas internacionais. Na tabela abaixo, constam os emissivos total/anual de 2013 a 2017 para o Brasil e para o Rio de Janeiro e comprovam a afirmação anteriormente realizada.

Ano	Chegada de Turistas Brasil	Chegada de Turistas Rio de Janeiro
2013	5.813.342	1.207.800
2014	6.429.852	1.597.153
2015	6.305.838	1.375.978
2016	6.546.696	1.480.121
2017	6.588.770	1.355.616

Quadro 8 - Chegada de Turistas Internacionais no Brasil e no Rio de Janeiro - 2013 a 2017

Fonte: Elaborado pelo autor com informações do EMBRATUR, 2018; Ranking de Mercados Emissores, 2018.

Dois pontos de atenção sobre a tabela acima devem ser levantados: 1 - O Rio de Janeiro se apresenta com uma quantidade de turista substancial, porém não demonstra maiores crescimentos. Ao observar a evolução anual da cidade, percebe-se que no ano de 2014 contou com um aumento de 389.353 em relação a 2013. Deduz-se que seja um aumento decorrente pela Copa do Mundo. Em 2015 ocorreu a diminuição de 221.175, justificada pela ausência de eventos como do ano anterior. Em 2016, com os Jogos Olímpicos, a cidade recebeu 104.143 a mais que 2015. Porém, um número menor do que apresentado em 2014 (117.032 a menos). Já em 2017, ocorreu outra diminuição, dessa vez a cidade contou com -124.505 turistas; 2 - A chegada de turistas internacionais em 2017 é menor do que a observada em 2015, sendo que ambos os anos não contaram com megaeventos. Ou seja, além do avanço do número de turistas só ter ocorrido devido aos megaeventos, não houve crescimento em anos normais.

Ao apresentar a fala do Ex-presidente da Embratur, na qual destaca o maior entreve para o desenvolvimento do turismo no Brasil, com ênfase no Rio de Janeiro, intui-se sobre essa estagnação dos números apresentados. Em entrevista para o jornal O Globo sobre o turismo no Rio de Janeiro, Vinícius Lummertz responde à pergunta “E o que falta para destravar esse potencial turístico, ocupar a nova rede hoteleira, trazer mais gente? ”.

“O caminho que o Rio trilhou hoje tem um custo muito alto. Várias questões não foram tratadas a tempo e, agora, terão que ser enfrentadas, não tem opção. Mas não é só o Rio. O Brasil em geral tem varrido problemas para debaixo do tapete há muito anos, e está faltando tapete. Há muita irracionalidade no cuidado com o país em geral. Descontinuidade administrativa, interesse de grupos e conflitos se acumulando em uma democracia muito corporativista. É um país de irracionalidade burocrática, jurídica e fiscal. E isso tudo está culminando em uma série de conflitos que,

no Rio, são mais evidentes. O mais grave de tudo isso é a dificuldade dos estados brasileiros, nos diferentes níveis de governo, de enfrentar o crime organizado. Esse é o nosso principal problema.” (O GLOBO, 03/09/2017)

Logo, entende-se que a forma como o setor público do turismo vem sendo administrado, assim como os demais setores públicos brasileiros, não vai de encontro com as necessidades do país, por construir barreiras por meio da ineficiência na gestão, mas sobretudo na incapacidade de impedir forças sociais negativas, como as exercitadas pelo crime organizado, de se estabelecerem no território nacional ao ponto de impactarem no desenvolvimento de atividades econômicas e sociais, no caso, o turismo.

2.2.2 VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO - UM HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FALHAS

Os índices de violência no Rio de Janeiro vêm sendo utilizados como plataforma de promoção política, ao colocarem-na como um dos pontos focais nas campanhas e discursos de candidatura estaduais. Porém, as ações governamentais muito ineficazes, possibilitaram a sobrevivência e o fortalecimento do crime.

Há pelo menos três décadas, a população do Rio assiste, vivencia e sofre com o aumento da violência. O combate ao crime organizado sempre foi parte importante do discurso dos governadores do estado. Os resultados, no entanto, nunca alcançaram a paz que o povo deseja, e que os políticos prometem. (O Globo, 2018)

Misse (1999, p.320) apresenta o acúmulo de capital decorrente dos assaltos a bancos na década de 70, como ponto inicial para a organização das quadrilhas e o estabelecimento do mercado de drogas a varejo no Rio de Janeiro – base do crime organizado no estado. Assim como, o aumento do número de empresas privadas legais de proteção e segurança decorrente do sentimento de insegurança e medo (MISSE, 1999, p.332).

Como observado na imagem abaixo, o crime organizado, representado aqui pela estrutura hierárquica de uma “boca de fumo”, possui destreza gerencial e faz jus ao adjetivo “organizado”. A forma como se disseminou no Rio de Janeiro e permanece atuante frente as políticas de segurança elaboradas, demonstra o tamanho do problema a ser enfrentado.

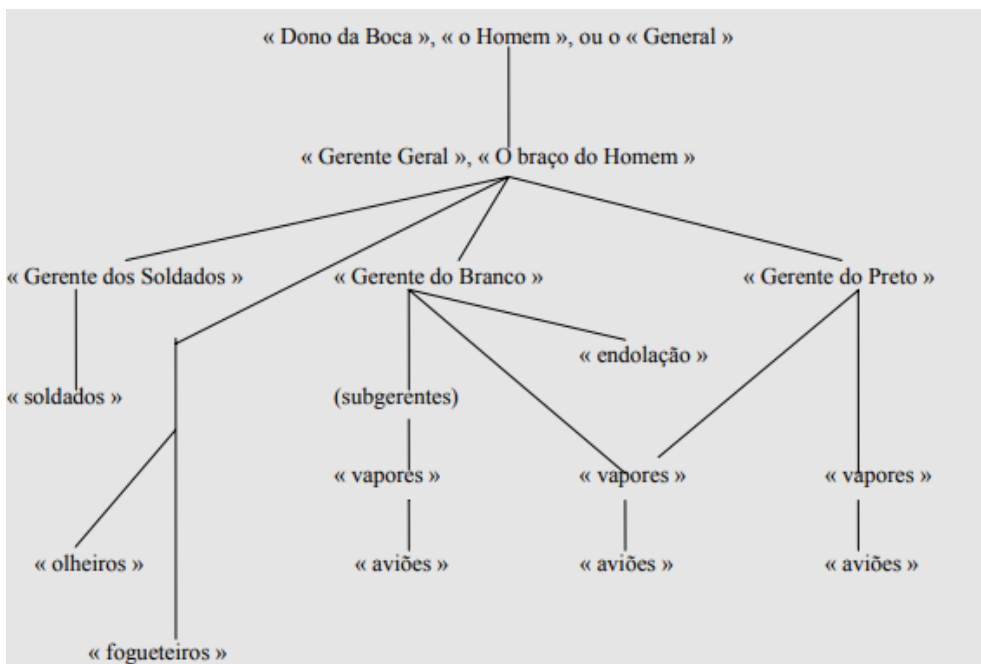


Figura 6 - Estrutura do Movimento em Cada Área de Tráfego do Rio: Hierarquia e Divisão de Atribuições
Fonte: MISSE, 1999, p.324.

Com o agravamento dos índices de violência, diferentes governos do estado do Rio buscaram solucionar a crise de segurança presente no cotidiano do carioca. Porém, suas ações pautadas na repressão da violência por meio da “guerra às drogas”, não solucionaram o problema. A taxa de letalidade violenta, por exemplo, chegou a superar os 60 a cada 100 mil habitantes, alcançando, conforme gráfico abaixo, 64,8 a cada 100 mil habitantes.

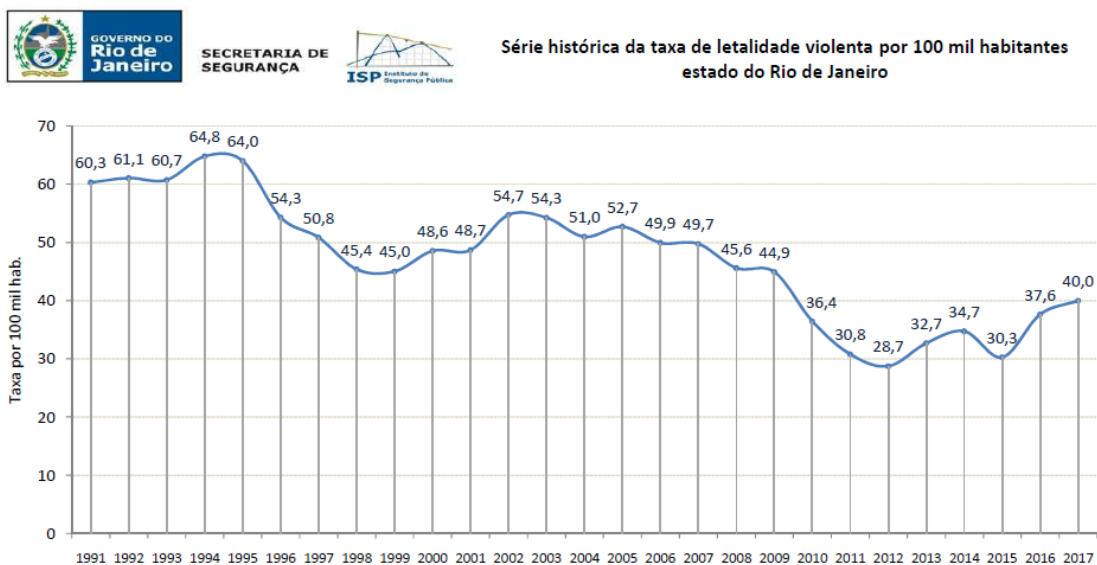


Gráfico 1 - Série histórica da taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes - Estado do Rio de Janeiro
Fonte: ISP, 2018

Conforme histórico de falas dos governadores fornecido pelo Jornal O Globo (2018) é possível compreender a abordagem de cada governo à situação enfrentada e a forma como a guerra a criminalidade foi vista como ação necessária. As falas “intransigentes” ressaltam governadores preocupados, mas confiantes em suas ações como gestores.

“Nós estamos firmes. Cada vez eu estou certo que os serviços, nossos serviços policiais, preventivos ou não, estão atuando sempre com eficiência maior e estamos procurando atacar as causas”, declarou, à época, Leonel Brizola (1922 – 2004), que governou o Rio entre 1983 e 1987, depois entre 1991 e 1994.

“Nós vamos enfrentar os grupos de crime organizado, custe o que custar e doa a quem doer, que eu sou intransigente”, disse Moreira Franco, que governou o Rio entre 1987 e 1981.

"Eu estou dizendo que vou fazer. Os marginais que estão me ouvindo sabem que eu vou combatê-los, que eu sou intransigente", declarou o Marcelo Alencar (1925 -2014), que governou o RJ entre 1995 e 1998.

“Você vai sentir uma mudança de conceito, né? O policiamento ostensivo vai ser maior, mas nós vamos tombar gradativamente todos os itens da criminalidade”, disse Anthony Garotinho, governador entre 1999 e 2002.

"Hoje o que nós estamos mais uma vez fazendo é criando ações emergenciais para combater uma situação que está ainda localizada”, disse Benedita, governadora em 2002.

“O que eles querem é acabar com o regime diferenciado dentro dos presídios, que nós não abrimos mão, não concordamos e não vamos negociar com bandido”, declarou Rosinha, que governou entre 2003 e 2007.

"Nós vamos continuar nessa linha de enfrentamento a esse tipo de situação que infelizmente o Rio de Janeiro ainda vive", disse Cabral, que governou entre 2008 e 2013.

"E a gente vai cada vez investir mais. Estamos com grandes operações previstas, aonde a gente vai continuar a combater a criminalidade. Não vai faltar dinheiro para a segurança pública e para nenhuma política pública", declarou o governador Pezão, em 2015.

Do período apresentado, não foram elaboradas políticas públicas com apelo armado. As ações se voltaram para a realização de investimentos e na solicitação de apoio as forças armadas para ações direcionadas. As atuações do exército se pautavam, por exemplo, na proteção de encontros diplomáticos, na vigia de eleições ou em ocupações temporárias de comunidades, como a Operação Rio, em 1994.

A mudança de cenário ocorreu em 2008 com a inauguração das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs. O projeto resultante da parceria entre a União, o Estado e o Município “foi elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública” (UPPRJ, 2018). Atualmente existem 38 postos de UPPs, das quais 37 se localizam na capital.

A implementação das UPP foi considerada um sucesso. A diminuição dos índices de violência justificou a ampliação da política pública para outras localidades dentro do Rio de Janeiro. As ações policiais foram ficando mais complexas ao irem incisivamente de encontro a criminalidade de comunidades maiores e com força armada superior. Com o tempo, as operações foram sendo conciliadas com outras ações, mais violentas, e assim, como veio o sucesso, veio a derrocada, conforme trecho abaixo:

Nos últimos cinco anos, o número de tiroteios em comunidades com UPPs aumentou 13.746%, de acordo com um estudo feito pela própria Polícia Militar. O número de confrontos nas favelas com UPPs passou de 13, em 2011, para 1.555, em 2016. As trocas de tiros se intensificaram nas últimas semanas, notadamente no Complexo do Alemão, onde a PM atua para instalar uma cabine blindada numa das principais vias da comunidade Nova Brasília. (BBC, 2017)

As ações militares, em contrapartida, permaneceram como frequentes no estado, contudo sempre menores e direcionadas. Apenas em 2010 a atuação das tropas do Exército se modificam. A Operação Arcanjo, responsável pela mudança, contou com a participação de 8.764 militares no período de dezembro de 2010 a junho de 2012 (MINISTERIO DA DEFESA, 2012). Ou seja, uma operação a longo prazo e com alto contingente de soldados.

Um das últimas atuações das forças armadas no Rio, está em conjunto, batizada de “O Rio Quer Segurança e Paz”, ocorreu em 2017 e mobilizou 8.500 militares, 620 agentes da Força Nacional e 1.120 da Polícia Rodoviária Federal (DIPLOMATIQUE, 2017). Outras muitas ações se sucederam no mesmo sentido que as operações citadas, porém, com o decorrer do tempo se tornando mais frequentes e levantando sérias questões sobre o papel das forças armadas dentro do território brasileiro.

Em uma observação mais recente, o estado do Rio de Janeiro se apresenta como possuidor de dados de violência cada vez maiores. Não se compara com a antiga

taxa de letalidade de 64,8 a cada 100 mil ou outros dados de outras épocas, mas, pelo rápido crescimento torna preocupante a possibilidade volta ao passado. Um exemplo claro fica a cargo da comparação entre a taxa de homicídios do Brasil, da Europa e do Rio de Janeiro, no qual,

Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil (IPEA, 2018, p. 3).

No Rio de Janeiro, a taxa de homicídios se mostra maior que a média nacional, ao apresentar 36,4 homicídios por 100 mil habitantes. Conforme tabela abaixo, o dado representa uma diminuição de 23,4% no período de 2006 a 2016. Redução considerável por se tratar de números relacionados a morte. Porém, essa diminuição acontece apenas no quadro histórico, uma vez que de 2015 a 2016 é marcado por um aumento de 18,8%. Observando os dados apresentados constata-se que em 2011 foi o ano que apresentou a menor taxa dentre os anos analisados. Em contrapartida, de 2011 a 2016 ocorreu um aumento de 22,6% na taxa analisada.

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
47,5	41,6	35,7	33,5	35,4	29,7	29,4	31,2	34,7	30,6	36,4

Quadro 9 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes (2006/2016) - Estado do Rio de Janeiro

Fonte: IPEA, 2018

Ao adentrar nos números de mortes decorrentes de intervenção policial no Rio de Janeiro e assim caracterizar ainda mais a situação presente no estado, observa-se uma variação de -12,9% de 2006 a 2016. Por outro lado, a variação percentual de 2015 a 2016, positiva, demonstrada pelo crescimento de 43,4%, ou seja, 280 pessoas mortas a mais decorrentes de ações policiais. Se calculado a variação de 2016 a 2017 é encontrado outro aumento, dessa vez de 21,3%. O dado é considerado o maior do país (IPEA, 2018). Ressalta-se que a ascendência dos dados se inicia em 2013.

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1063	1330	1137	1048	855	523	419	416	584	645	925	1127

Quadro 10 - Número de mortes decorrentes de intervenções policiais (2006/2017) - Estado do Rio de Janeiro

Fonte: ISP, 2018

Outro dado que exemplifica a situação do estado do Rio de Janeiro é a taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil habitantes, no qual também é observada uma diminuição histórica de -16,3% de 2006 a 2016. Porém, assim como nos demais dados apresentados, ocorre um aumento entre os anos de 2015 e 2016, no caso, equivalente a 22,7%. Já de 2011 a 2016, esse aumento representa 40,8%.

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
104,7	94,0	79,7	73,3	78,0	62,3	62,0	69,8	78,4	71,5	87,7

Quadro 11 - Taxa de homicídios por 100 mil jovens na faixa etária de 15-29 anos de idade (2006/2016) - Estado do Rio de Janeiro

Fonte: IPEA, 2018

Com a apresentação das variações dos dados de violência é perceptível a gravidade das condições no estado. A tabela abaixo apresenta que, dentre 12 itens observados, apenas a “taxa de homicídios de mulheres não negras por 100 mil habitantes” decresceu de 2015 a 2016. Os demais itens demonstram crescimentos que variam de 10 a 43%.

Tipo de dado de violência	Variação %	
	2006 a 2016	2015 a 2016
Taxa de homicídio por 100 mil habitantes	-23,4%	18,8%
Número de homicídios	-18,1%	19,5%
Número de mortes por intervenções policial	-12,9%	43,4%
Número de homicídios por faixa etária de 15 a 29 anos de idade	-16,9%	22,6%
Taxa de homicídios por 100 mil jovens homens na faixa etária de 15-29 anos de idade	-16,1%	23,8%
Taxa de homicídios de negros por 100 mil	-27,7%	21,3%
Taxa de homicídios de não negros por 100 mil	-25,3%	12,1%
Número de homicídios de mulheres	-15,1%	10,6%
Taxa de homicídios de mulheres negras por 100 mil habitantes	-19,3%	17,1%
Taxa de homicídios de mulheres não negras por 100 mil habitantes	-24,6%	-2,0%
Número de homicídios por arma de fogo	-30,6%	26,3%
Número de mortes violentas por causa indeterminada	-21,3%	40,0%

Quadro 12 - Variação 2006/2016 e 2015/2016 por Tipo de Dado de Violência - Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IPEA, 2018

Ao observar os índices de violência da cidade do Rio de Janeiro, foco desse trabalho, é perceptível o mesmo cenário apresentado por seu estado, no qual demonstra aumento em diversas taxas e números de violência. Para sua contextualização serão utilizados, além do histórico de fatos que atingiram o seu estado, os dados referentes a taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes, a taxa de homicídio doloso, a taxa de mortes decorrentes de ação policial e demais dados não relacionados à perda de vida.

A taxa de letalidade violenta de 2017, observada no gráfico abaixo, maior que as apresentadas pelos últimos 6 anos, representa um aumento de 3,1 pontos sobre 2016. Não superando a variação 5,3 pontos de 2016 em relação a 2015. Ambas as taxas demonstram o aumento contínuo do número de mortes na cidade. Destaca-se que a taxa em análise, hoje menor, já alcançou patamares superiores que do próprio estado, como pode ser observado com a cifra de 75,9 de 1994, ou seja, 11,1 pontos maior.

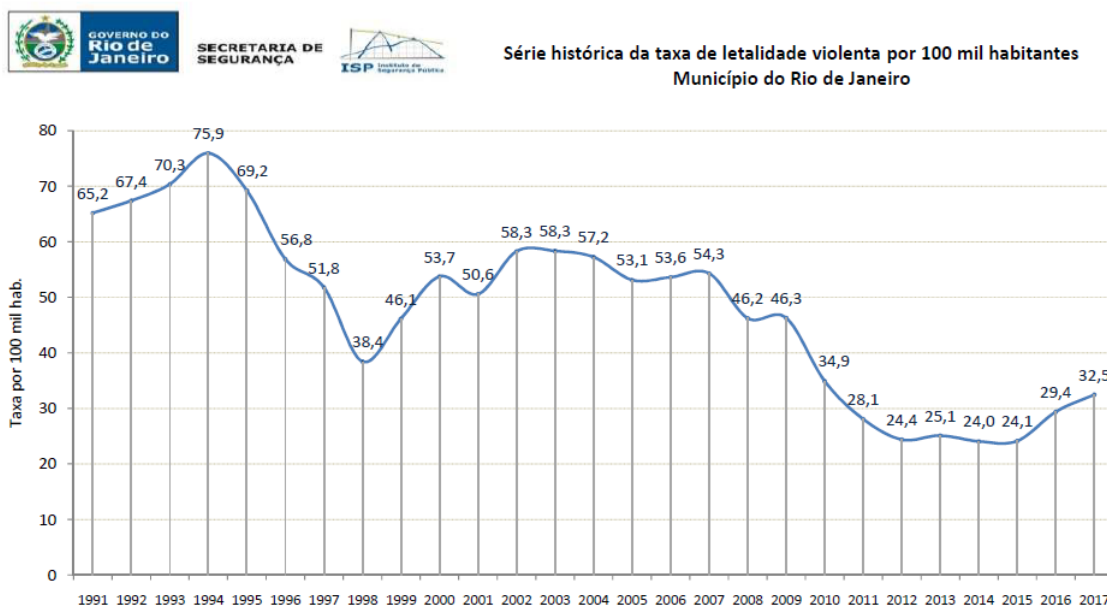


Gráfico 2 - Série histórica da taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes - Município do Rio de Janeiro

Fonte: ISP, 2018

A redução histórica apresentada nos dados de segurança do estado do Rio de Janeiro, pode ser claramente observada, dessa vez referente a capital, no gráfico abaixo. Em comparação ao ápice da taxa de homicídios dolosos (73,9 em 1994) e sua apresentação em 2017 (22,6) é notado um grande declínio, no qual representa uma diminuição de mais de 3 vezes. Contudo, 2017 conta com um aumento de 2,1 pontos

sobre o ano anterior e 4,1 em comparação com 2015, corroborando para a ideia de aumentos da violência nos últimos anos.

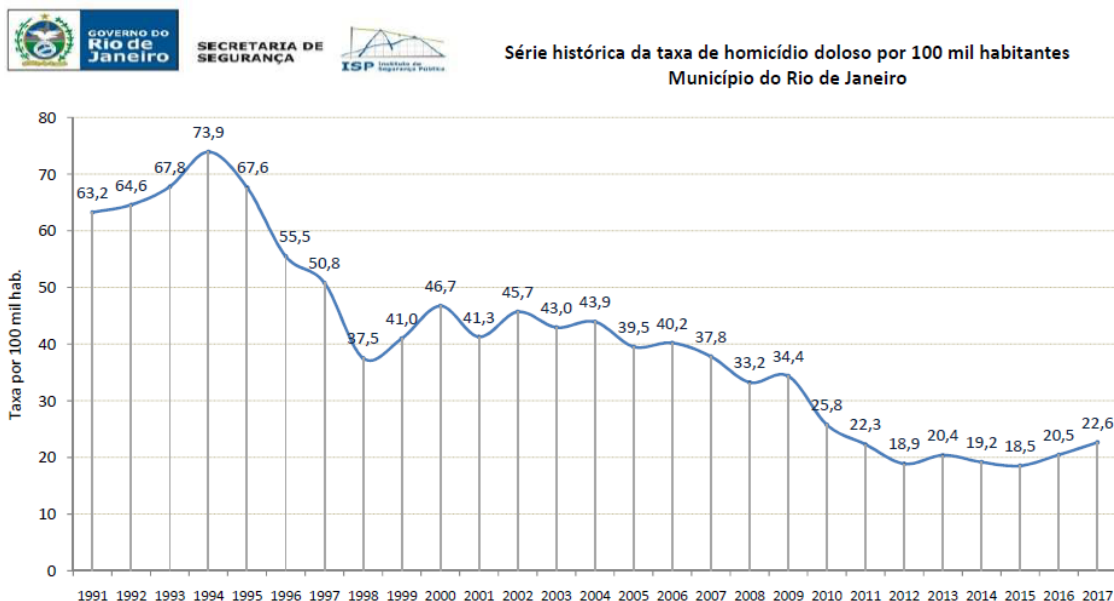


Gráfico 3 - Série histórica da taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes - Município do Rio de Janeiro
Fonte: ISP, 2018

O aumento percentual mais alarmante no estado do Rio ocorreu no número de homicídios decorrentes de intervenção policial. Quando recolhido o mesmo dado da capital é também observado um crescente aumento. O gráfico abaixo ressalta uma elevação de 4,5 pontos de 2013 a 2017, ou seja, mais que dobrou a taxa em um período de 4 anos.



Gráfico 4 - Série histórica da taxa de homicídio decorrente de intervenção policial por 100 mil habitantes - Município do Rio de Janeiro
Fonte: ISP, 2018

Quantitativamente, esse aumento de homicídio representa o aumento de 303 mortes a mais, conforme quadro 13. Uma observação que necessita ser feita faz referência ao total do item em comparação com o estado, no qual a capital do Rio concentra sozinha 53,2% das mortes em análise.

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
673	688	688	643	485	283	283	224	247	307	463	527

Quadro 13 - Número de mortes decorrentes de intervenções policiais (2006/2017) - Município do Rio de Janeiro

Fonte: ISP, 2018

Outros dados que contextualizam a situação de insegurança pública na cidade do Rio de Janeiro estão dispostos na tabela abaixo, no qual destacam-se os aumentos do número de roubos e roubo a cargas e na diminuição dos furtos, na apreensão a drogas, na morte de policiais civis e militares e nos registros de ocorrência.

	Registros de Ocorrência	Roubos (Total)	Furtos (Total)	Roubo de carga	Apreensão de drogas	Policiais militares e civis mortos em serviço
2006	310,245	81,918	74,775	3,200	5,046	23 - 2
2007	322,273	89,193	84,201	3,156	3,729	22 - 8
2008	332,862	87,906	93,707	1,993	3,106	15 - 2
2009	333,186	83,329	95,384	1,479	3,754	19 - 7
2010	335,529	70,852	98,154	1,394	3,904	11 - 1
2011	343,966	59,456	100,047	1,443	4,691	4 - 4
2012	346,976	54,749	102,336	1,843	5,534	8 - 1
2013	372,729	63,129	104,697	1,741	7,121	10 - 2
2014	395,717	79,204	104,492	3,436	9,839	13 - 0
2015	376,655	81,617	98,052	4,195	9,593	15 - 2
2016	389,539	103,014	97,516	4,964	7,658	22 - 2
2017	375,212	123,126	86,334	5,371	4,226	17 - 1

Quadro 14 - Diferentes Dados de Violência - Município do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos pelo ISP, 2018.

As variações anuais presentes na tabela abaixo expressam estabilidade nos registros de ocorrência ao apresentar um crescimento de 3,4% de 2015 a 2016 e uma diminuição em 3,6% de 2016 para 2017. Os roubos por outro lado, manifestam constantes crescimentos demonstrados pelas variações de 26,2% e 19,5%. O mesmo é

observado nos roubos a cargas, exemplificado com as variações de 18,3% e 8,2%. Curiosamente, ao contrário dos roubos, os furtos estão em constante declínio, no qual apresentam diminuições de 0,5% e 11,5%. As variações para o item “apreensão de drogas se manifestam com aumento entre 2015 e 2016 e diminuição de 2016 para 2017 - respectivamente, 20,1%, -44,8%. A variação das mortes de policiais militares e civis em serviço revelam um crescimento e estabilização de 2015 e 2016 (46,6% – 0%) e uma expressiva diminuição de 2016 para 2017 de -22,7 e -50%.

Tipo de Dados de Violência	Variação 2015/2016	Variação 2016/2017
Registros de Ocorrência	3,4%	-3,6%
Roubos (total)	26,2%	19,5%
Furtos (total)	-0,5%	-11,5%
Roubo de carga	18,3%	8,2%
Apreensão de drogas	20,1%	-44,8%
Policiais militares e civis mortos em serviço	46,6% – 0%	-22,7 – -50%

Quadro 15 - Variação 2015/2016 e 2016/2017 por Tipo de Dado de Violência - Município do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos pelo ISP, 2018.

A violência tanto no estado do Rio de Janeiro, quanto em sua capital, passou de fator do cotidiano para empecilho ao comércio, a qualidade de vida e ao crescimento e desenvolvimento local. Atualmente, além dos vários estudos e reportagens com a temática, pode-se destacar também a existência de redes de informação elaboradas pelos próprios moradores. Essas redes possuem aplicativo, site, Facebook, Instagram e Twitter e buscam informar a população sobre diferentes tipos de ocorrências, como por exemplo, de roubos e tiroteios. As informações repassadas têm como fonte os relatos e confirmações de ocorrências passadas por moradores, informantes e por meio de ações policiais.

A utilização de aplicativos como “Onde Fui Roubado”, “Onde Tem Tiroteio” e “Fogo Cruzado” se tornou parte da rotina para muitos cariocas, como destaca os gestores do “Onde Tem Tiroteio” (OTT) ao estimar que suas informações já atingiram mais de 4,7 milhões de pessoas.

Com base nas informações passadas pelo aplicativo e pelas redes sociais da OTT, de 1º de janeiro de 2018 a 10 de março foi o período necessário para o Rio de

Janeiro atingir o número de mil tiroteios. Segue abaixo a gráfico com o ranking das 10 principais cidades de ocorrência, assim como a quantidade registrada por cidade. Ressalta-se que a cidade do Rio de Janeiro, primeira em número de tiroteios, possui uma quantidade 8 vezes maior que Angra dos Reis, a segunda colocada.

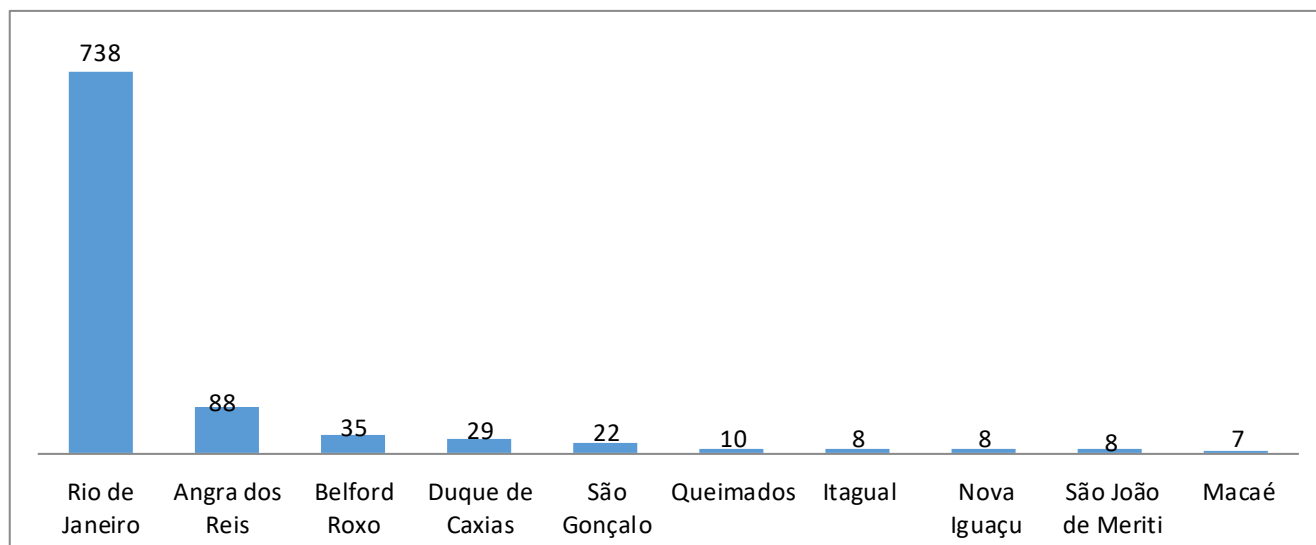


Gráfico 5 - Ranking das 10 localidades do Rio de Janeiro com maior quantidade de tiroteios - janeiro a março de 2018

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo OTT, 2018.

Como medida emergencial para a melhora da violência no Rio de Janeiro, o Presidente Michel Temer, por meio de decreto presidencial assinado em 16 de fevereiro de 2018, promulgou a Intervenção Federal na segurança pública do estado. A ação inicia um novo capítulo na história das tentativas de estancar a violência no Rio e busca resolver um problema que possui raízes históricas e estruturais. É a primeira vez que o Governo Federal interfere diretamente em um estado, ao atribuir as competências da área de segurança para um interventor federal, no qual comandará as Forças Armadas, as polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros e os agentes da Administração Penitenciária.

O fato das grandes redes de informações estarem focadas no processo de intervenção federal e em casos como o da Marielle Franco e do Anderson Gomes – assassinados recentemente, dificulta o processo de marketing e promoção, assim como as políticas públicas de turismo. As publicações tanto nacionais, quanto internacionais tendem a influenciar na construção de signos e significados e provocar a alteração da imagem de cidade maravilhosa conferida ao Rio, o será analisado no terceiro capítulo desta monografia.

CAPÍTULO 3 - TURISMO E DIREITOS CIVIS - DESAFIO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

3.1 A POLÍTICA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - MAIS RIO MAIS BRASIL

Por trás dos diferentes olhares sobre o desenvolvimento do turismo subjaz uma disputa sobre o que é e para quem o turismo deveria ser. O reflexo de uma tensão estrutural entre os interesses das maiorias sociais nos territórios e dos grupos concentrados de poder transnacional; entre um gozo irrestrito dos consumidores e um lucro sem restrições dos atores da indústria e os direitos sociais, econômicos, ambientais e culturais das populações de acolhimento.

De um modo geral, as pesquisas e estudos direcionados para tais questões concentram-se nos impactos e nas ações dos turistas, dos representantes do capital e do poder públicos nos seus diferentes níveis de atuação. Poucas abordam os impactos e as ações das populações residentes e menos ainda, dos trabalhadores dos destinos turísticos envolvidos com o turismo em seu cotidiano e em seu cotidiano de violência urbana. Nesse capítulo iremos analisar como a violência urbana se torna invisível diante dos interesses promocionais sobre a cidade do Rio de Janeiro como “paraíso tropical”, que datam desde a República Nova, para o turismo internacional, e os conflitos existentes diante da intervenção federal ocorrida em 2018.

A construção da imagem Cidade Maravilhosa resulta de um complexo processo histórico e cultural. Seu marco inaugural pode ser localizado nas intervenções urbanas do início do século XX que buscaram erradicar a cidade colonial e insalubre para dar lugar a valores cosmopolitas e a modos urbanos civilizados (BARBOSA, 2010).

Com objetivo de apresentar a consolidação do destino turístico Rio de Janeiro, como “cidade maravilhosa” será utilizado o trabalho de pesquisa do Prof. João dos Santos (2011), disponibilizado em arquivo PowerPoint, turismólogo e sociólogo, que pesquisou nos documentos do arquivo nacional imagens utilizadas para esclarecer esse caminho tortuoso entre “modernismos” urbanos e dominação social.

A primeira imagem do Rio de Janeiro traz sua exuberância cênica:



Figura 7 - Rio de Janeiro torna-se cosmopolita
Fonte: SANTOS, 2011.

Fundado em 13 de junho de 1808 por D. João VI, príncipe regente na época, o Jardim Botânico foi criado com o objetivo de aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais. As primeiras plantas que chegaram, vieram das Ilhas Maurício, do Jardim La Pamplemousse, oferecidas a D. João, por Luiz de Abreu Vieira e Silva. Entre elas estava a Palma Mater, uma das palmeiras imperiais mais antigas do Jardim.



Antigo Real Horto, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Figura 8 - Real Horto (Jardim Botânico) do Rio de Janeiro
Fonte: SANTOS, 2011.

O Príncipe Regente logo após a chegada ao Rio de Janeiro foi residir na Quinta da Boa Vista, de propriedade de Elias Antônio Lopes e passou a ser o Paço de São Cristóvão. O antigo palácio dos Vice-Reis, sede oficial do poder, passou a ser o Paço Real da Cidade.



Figura 9 - Paço de São Cristóvão (Quinta da Boa Vista)
Fonte: SANTOS, 2011.

A esposa de D. João, Dona Carlota Joaquina e a rainha Dona Maria I se instalaram no Convento do Carmo.



Figura 10 - Convento do Carmo
Fonte: SANTOS, 2011.

A cidade capital da colônia portuguesa é impactada em suas relações sociais e econômicas pela escravidão, como espelha as imagens abaixo:



Figura 11 - O jantar, Jean-Baptiste Debret
Fonte: SANTOS, 2011.



Figura 12 - Senhora de algumas posses em seu lar, Jean-Baptiste Debret
Fonte: SANTOS, 2011.

Nesse período os imaginários sobre o Rio já estavam se elaborando e paisagens hoje conhecidas estavam entrando aos gostos dos monarcas. Segue abaixo a Praia de Copacabana em 1889 e do Corcovado antes do Cristo.



Figura 13 - Praia de Copacabana em 1889
Fonte: SANTOS, 2011.



Figura 14 - Corcovado antes do Cristo
Fonte: SANTOS, 2011.

A República de 1889 e as marcas na cidade. O último baile antes da Proclamação da República na Ilha Fiscal:



Figura 15 - Ilha Fiscal (Baía de Guanabara)
Fonte: SANTOS, 2011.



Figura 16 - Baile da Ilha Fiscal, Francisco Figueiredo
Fonte: SANTOS, 2011.

Com o fim da monarquia, D. Pedro II e sua família são exilados do Brasil.



Figura 17 - Entrega ao Imperador D. Pedro II do comunicado de exílio
Fonte: SANTOS, 2011.

Com a libertação dos escravos o Rio de Janeiro torna-se uma cidade “receptáculo” destes cidadãos libertos, mas abandonados a sorte, em contradição com sua “modernização”, para a população branca de origem europeia.



Figura 18 - Avenida Atlântica
Fonte: SANTOS, 2011.



Figura 19 - Praia de Copacabana
Fonte: SANTOS, 2011.

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas coloca o Estado na perceptiva de promover o desenvolvimento econômico, político e social, acaba adquirindo como característica o apelo ufanista na tentativa de combater a dominação estrangeira presente em todos os setores da sociedade e populista, pois necessita obter apoio das classes trabalhadoras para implantar o processo de modernização e industrialização.

O marco desse período é o governo de 1930 que deu as bases para um Brasil industrial, nacionalista e de forte apoio à classe trabalhadora apesar de seu corte de ditadura fascista, soube capitalizar a criação de um Estado autoritário paternalista desenvolvendo políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades dos trabalhadores com profundo apoio popular.

Apesar da luta nacionalista ganhar espaços na política brasileira, como também, em todos os setores; nas artes, na literatura, na escultura, na pintura, no cinema e principalmente na política como oposição ao estrangeirismo e ao domínio ideológico dos Estados Unidos. A pressão ideológica naquele momento colocada pelo mundo é o estilo da “american way of life” que se torna modelo do sucesso da vida ocidental. As características do governo getulista contribuíram para o desenvolvimento de um Estado preocupado com o lazer e o turismo da população trabalhadora.

O apoio da igreja católica ao Estado “revolucionário”, como exemplo marcante foi à inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado em 12 de outubro de

1931, que deu a cidade do Rio de Janeiro um ícone universal da hospitalidade e símbolo do catolicismo. É nesse mesmo ano que a igreja conseguiu introduzir o ensino da religião nas escolas públicas, combatendo veementemente as práticas religiosas dos afrodescendentes, muito presentes nas favelas do Rio de Janeiro, onde os negros libertos encontraram possibilidades de morar.



Figura 20 - Cristo Redentor em construção

Fonte: SANTOS, 2011.

O Estado Novo apoiava a produção de filmes educativos e colaborava com a imprensa estrangeira para evitar que entrassem informações nocivas ao país, como também, decidia qual a imagem que podia ser levada ao exterior, organizava festas e manifestações patrióticas em cujo a imagem e o jargão simulado eram de Vargas “Pai dos Pobres”, o que ajudou a consolidar em pouco tempo o poder do ditador.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tinha o controle integral dos meios de comunicação em 1937, suas funções eram de Propaganda; radiodifusão; cinema e teatro; publicidade; diversões públicas; imprensa; e apoio financeiro a projetos culturais. Em 1939 é criada a Divisão de Turismo. Com o objetivo de superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo, promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, além de organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo.

O DIP:

- Concentra toda a atividade de propaganda e publicidade do Governo Federal;
- Desenvolve uma organização coercitiva inibindo a liberdade de pensamento e expressão;

- Centraliza e coordena a propaganda nacional interna e externa, sendo responsável pela imagem do Brasil no exterior;
- Cria um folheto chamado “Travel in Brazil” em inglês que é distribuído nas embaixadas e nos Estados Unidos.

Para entender a construção da imagem do Turismo do Rio de Janeiro, atual, é importante entender essa trajetória histórica, assim em 1934, Manuel Mora trabalhou no DIP criando peças publicitárias que representasse o turismo no Rio:



Figura 21 - Peças publicitárias elaboradas no século XX - Rio de Janeiro
Fonte: SANTOS, 2011.

Em 1956, Juscelino Kubitschek cria a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) em 19 de abril de 1960, um dia antes da fundação de Brasília, com o Decreto n. 48.126 de 1960, no qual afirma em seu artigo 2:

terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional.

Em 1964, o Brasil sofre o golpe militar e a deposição João Goulart. Em 1966 o Governo Militar cria a EMBRATUR pelo decreto lei n. 55 de 18 de novembro:

Art.2. As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades turísticas no território nacional serão exercidas na forma deste Decreto-lei das normas que surgirem em sua decorrência.

Para combater a ideia de ditadura assassina no exterior, o governo, que já vinha articulando um órgão para planejar e organizar o turismo no território nacional, cria a

EMBRATUR, fazendo a contrapropaganda com o apelativo à mulher brasileira, o exótico e o erótico como explicita esse cartaz promocional:



Figura 22 - Peça publicitária - Mulheres brasileiras
Fonte: SANTOS, 2011.

O Turismo é usado para ocultar a repressão ao povo brasileiro. A censura reprime a manifestação popular e impõe uma forma ideológica de ver a sociedade. Nem a festa mais popular, o Carnaval do Rio, escapa deste controle:



Figura 23 - O carnaval censurado
Fonte: SANTOS, 2011.

Este pequeno histórico mostra como a cidade do Rio de Janeiro sempre esteve ligada aos importantes fatos históricos do Brasil. Sua construção como lugar de contradições entre a beleza estética, a riqueza e a pobreza e a diversidade racial, resultaram nos processos histórico, social, econômico e político que atualmente reforçam a ideia do Rio como principal destino turístico brasileiro. Em crise, o turismo recebeu atenção federal via Embratur.

Durante o seminário “Reage, Rio! ”, Lummertz, enquanto presidente da EMBRATUR, anunciou a implementação da Portaria 82/2017, intitulada “Mais Rio Mais Brasil”. A proposta por trás da portaria está na recuperação do crescimento do turismo no Rio de Janeiro, por meio da inclusão do destino em todas as ações de promoção da Embratur para os próximos cinco anos, ou seja, de 2018 a 2022.

O seminário que incluiu discussões sobre segurança, recuperação econômica, ética, mobilidade urbana, políticas públicas, saúde, educação e turismo, buscou por meio do debate a criação de soluções para os problemas apresentados. Para o turismo foram anunciados a portaria citada, juntamente com outros projetos como o calendário “Rio de Janeiro a Janeiro” e a implementação do visto eletrônico para os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão.

A Embratur como instituto responsável pelo marketing e promoção do turismo, se utiliza de ações de relacionamento e publicidade para o desenvolvimento do setor, sendo seu foco o público internacional. A forma como atua varia de acordo com mercado em que a ação está voltada, sendo por meio de famtours, press trips, participação em feiras, capacitações do trade internacional e/ou publicações em jornais e revistas estrangeiras, por exemplo.

A captação de informações estratégicas e a representação internacional realizadas pelo instituto, se dão por intermédio dos Escritórios Brasileiros de Turismo – EBTs, que estão baseados em 13 (treze) unidades de mercado, no qual fazem parte a Alemanha, Espanha, França, Itália, Portugal, Reino Unido, Rússia e os mercados das Américas e da Ásia, que se utilizam do sistema de gerenciamento a longa distância, conforme tabela abaixo:

MERCADOS	PAÍSES DE REFERÊNCIA
AN I	Base em Nova York, para atender a costa leste dos Estados Unidos
AN II	Base em Los Angeles, para atender a costa oeste dos Estados Unidos e México
AN III	Base em Chicago, para atender a região central dos Estados Unidos e Canadá.
Ásia	Base em Tóquio (Japão), onde também é responsável pelo gerenciamento do Escritório de Representação do Mercosul no Japão e China
AS I	Base em Buenos Aires (Argentina), para atender Argentina, Uruguai e Chile
AS II	Base em Lima (Peru), para atender Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Equador e Venezuela

Quadro 16 - Unidades de Mercado – EBTs América e Ásia

Fonte: Elaborado pelo autor com base em EMBRATUR, 2016.

A Embratur disponibilizou a possibilidade de maior promoção para o Rio de Janeiro, por meio de ações em suas unidades de mercado. O que significa, por exemplo, a garantia de posto de trabalho e isenção da taxa de inscrição para as feiras internacionais em que o instituto possui estande.

Com a implementação da portaria, a Embratur espera alcançar o “reposicionamento de imagem do destino e gerar oportunidades de negócios em prol do incremento no ingresso de turistas estrangeiros no país, com conseqüente geração de emprego e renda” (EMBRATUR, 2017). Ou seja, busca contribuir para a sustentabilidade econômica e o crescimento do setor no Rio de Janeiro e o utilizar como chamariz para os demais destinos do Brasil, assim fomentando o setor por todo o país.

A medida, porém, não leva em consideração as questões sociais do Rio de Janeiro. O turismo por se tratar de um fenômeno sistêmico, necessita que os seus subsistemas estejam em conformidade para que possa ser realizado de forma plácida. Com a violência notadamente em crescimento, abalando o conjunto ambiental, a Cidade Maravilhosa se torna um destino insalubre para a prática do turismo.

Em vias de responsabilidade, a Embratur deveria analisar antes de qualquer intervenção se o imaginário resultante dos dados e das constantes reportagens sobre os

casos de violência no Rio impactam negativamente na imagem do país no exterior. Como órgão público encarregado pelo marketing e promoção do turismo, sua ação não se enquadra nos preceitos passados pelos estudiosos voltados ao mercado, no qual é, aparentemente, o conhecimento em que o Instituto se baseia.

Atualmente, o Rio de Janeiro não supre a necessidade de segurança (MARLOW, apud KOTLER, 2006), não garante o benefício psicológico (RIBEIRO; FLEURY, 2006), tampouco o destino disponibiliza informações que garantam a evolução do processo de compra (CASAS, 2007). O valor dado pelos turistas ao destino Rio, tende, com o passar do tempo, a reduzir frente as questões sociais e a falta do cumprimento das exigências do próprio mercado.

A execução da portaria Mais Rio Mais Brasil caracteriza a Embratur dentro dos preceitos em que Krippendorf atribui às operadoras de turismo, no qual,

A necessidade de relaxamento é comercializada e transformada em viagens de todas as espécies, de acordo com as regras da arte do marketing. As técnicas utilizadas são as mesmas para a venda de aspiradores de pó, automóveis, produtos de limpeza e outros bens de consumo. No entanto, dado o fato de que as operadoras de viagens tiram partido do sentimento nostálgico e dos sonhos comercializam as paisagens, os seres e as culturas, seria o caso de pensarmos que elas detêm uma responsabilidade incomparavelmente maior. Acontece que elas não têm consciência desse fato, ou o ignoram por completo. Os fabricantes da mercadoria “viagens” não são instituições de utilidade pública, mas empresas comerciais, o que, aliás, admitem abertamente. Para elas, a razão da viagem não tem importância. O que lhes interessa é que a viagem seja empreendida. Visam, antes de mais nada, ao crescimento, no curto prazo, do volume de vendas, e não ao desenvolvimento no longo prazo de um turismo harmonioso. (KRIPPENDORF, 2001, p. 39)

Ao contrário das operadoras de turismo, a Embratur como órgão público não poderia apenas seguir as ‘regras da arte do marketing’. A sua função social vai, ou deveria ir, além do simples interesse em empreender viagens e produzir crescimento a curto prazo. O turismo não se trata de um simples produto que pode se trocar após a compra. Ele está relacionado a realização de sonhos, ao planejamento individual, de famílias e grupos de amigos.

No caso em análise, o não cumprimento das promessas (do imaginário) não geram apenas frustrações. A questão levantada concerne à vida e ao real papel da Embratur frente aos turistas internacionais. A forma como vem atuando está aliada as antigas promoções com foco nas mulheres brasileiras, no qual o Rio de Janeiro está sendo substituído para a oneração do trade carioca.

3.2 OS IMPACTOS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE UM LUGAR PACIFICADO

Em 2012, o Rio de Janeiro encerrou uma fase de diminuição consistente das taxas de homicídios, algo que vinha acontecendo desde 2003. A partir de 2012, observou-se uma oscilação nos indicadores de letalidade violenta, sendo que em 2016 houve forte crescimento nos índices. Pode-se dizer que 2016 marcou o final de um período positivo para o estado e a capital, com grandes eventos internacionais. O final das Olimpíadas demarcou essa transição, quando a falência econômica e política deram a tônica ao novo cenário. (IPEA, 2018, p. 24)

O Rio de Janeiro se encontra em uma crise econômica e ética, conforme panorama do Rio de Janeiro (figura 18), na qual resulta, por exemplo, da corrupção, por meio de desvios de verba, da lavagem de dinheiro e da má gestão dos recursos. Por conta das condições que se estabeleceram no estado, os servidores públicos, entre eles os policiais, deixaram de receber os seus salários. Em decorrência disso, as instituições atingidas começaram a parar.

Panorama do Rio de Janeiro

Tribunal de Contas do Estado	Órgão que tem como objetivo o controle de contas do Estado, o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro está com quase todos os membros presos provisoriamente. Eles são acusados de receber propina para aprovar contas e licitações com preços inflados. De acordo com o ex-presidente da Corte, Jonas Lopes, afastado, conselheiros cobravam cerca de 1% das obras em propina. Dos sete conselheiros, apenas a corregedora está fora da cadeia. Cinco estão no complexo Bangu, onde também está preso o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), acusado de desviar recursos públicos de obras no Rio.	Governo do Estado	Ex-governador do Rio , Sérgio Cabral (2007-2014) está preso por suspeita de lavagem de dinheiro e corrupção. Segundo delatores, ele teria recebido propina de até 5% em contratos como a concessão do Maracanã e a Linha 4 do metrô. Segundo testemunhas, ele teria sido um dos mentores e facilitadores dos esquemas no estado nos últimos anos.
Assembleia Legislativa	O presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Jorge Picciani, foi levado para depor coercitivamente na semana passada. Em delações, ele é acusado de intermediar o recebimento de propinas dos conselheiros, pagos por empresas. O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Alerj.	Polícia	Constantemente na mídia por malfeitos , em 2013, levantamento encomendado pelo Ministério da Justiça apontou que a Polícia do Rio era a mais corrupta do Brasil. Na semana passada, um PM foi preso por suspeita de coordenar tráfico de armas de fogo.
Câmara dos Deputados	Ex-presidente da Câmara dos Deputados , Eduardo Cunha (PMDB) foi condenado a 15 anos de prisão por corrupção. Ele ocupou diversos cargos no Rio de Janeiro, entre administrativos e eletivos. Um dos símbolos da troca de favores na política, Cunha foi deputado federal e estadual no Rio, presidente da Telerj e da Companhia Estadual de Habitação (Cehab). O deputado do PP, Simão Sessim, também foi investigado na Lava Jato, mas teve inquérito arquivado.	Contas públicas	O estado já teve as contas bloqueadas três vezes somente no ano passado por falta de pagamentos a União e aos servidores. O Rio está quebrado e precisa de socorro federal para conseguir regular a situação financeira. Servidores tiveram pagamentos atrasados. A dívida pública do estado está em cerca de R\$ 106 bilhões, segundo o TCE.
Senado	Dois dos três senadores do Estado foram citados em delações da Lava Jato. Romário (PSB) teria recebido dinheiro de caixa 2 para a campanha. Já Lindbergh Farias teria recebido propina de empreiteiras como a Odebrecht. Ambos negam qualquer envolvimento em atos ilícitos.	Crise econômica	Especialistas apontam que, além da corrupção e desvio de milhões de reais, a queda no preço dos royalties do Petróleo e o endividamento para receber eventos como Olimpíada e Copa do Mundo, contribuíram para o caos nas contas do Rio. O estado é uma das sedes da Petrobras, estatal que protagonizou maior escândalo de corrupção do País.

Figura 24 - Panorama do Rio de Janeiro
Fonte: O POVO, 2017.

Com o início do Jogos Olímpicos e a paralisação das polícias e dos bombeiros, veio o vexame para Brasil. Os turistas foram recepcionados no aeroporto com o cartaz os dando as “boas-vindas ao inferno” (figura 19) e com os dizeres, em meio a protestos, como “não se preocupe, no Rio de Janeiro só 54 policiais foram mortos neste ano de Jogos Olímpicos” (figura 20).



Figura 25 - Welcome to Hell
Fonte: DEAD SPIN, 2016



Figura 26 - Protesto dos policiais e bombeiros durante os Jogos Olímpicos
Fonte: DEAD SPIN, 2016

As queixas realizadas trouxeram à tona e aos olhares do mundo, uma situação em que era favorecida a realização dos megaeventos em detrimento da estabilidade financeira do Rio e corroborava para a criação de novos ideários sobre a Cidade Maravilhosa. O Rio de Janeiro ficou exposto como possuidor de problemas sociais (violência exemplificada pelas mortes dos policiais) e econômicos (o não pagamento de seus servidores).

Para os brasileiros,

Os holofotes sempre se centram no Estado e na cidade do Rio de Janeiro quando o assunto nacional é segurança pública (...) Durante ao menos três décadas, às vezes com maior ou menor intensidade, o Rio vem sendo palco de fracassadas operações policiais em favelas e periferias que, segundo especialistas da área, mais servem para encher os noticiários de imagens espetaculares do que para alcançar resultados efetivos. Uma vez ou outra também aparecem por aqui as Forças Armadas, seja nas ruas da nobre Zona Sul para dar uma sensação de maior segurança, seja para dar apoio às operações policiais. (...) Todos incluíam o uso ostensivo da força e todos, seja a curto ou médio prazo, fracassaram. (EL PAÍS, 2018)

Posterior as UPPs, última grande política pública de segurança, veio a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Promulgada pelo Presidente da República, Michel Temer, por meio do Decreto nº. 9.288/2018 de 16 de fevereiro de 2018, está sendo movida para “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública” (PLANALTO, 2018). O decreto traduz a necessidade de atuação federal na organização do setor de segurança e a utilização das forças armadas como incremento no efetivo de combate a violência.

Os militares foram mobilizados mais de uma dúzia de vezes desde 2008, principalmente para garantir grandes eventos e eleições municipais. Mas é a primeira vez desde que a ditadura do Brasil terminou em 1985 que os militares foram encarregados de todo o sistema de segurança pública do estado. (LOS ALGELES TIMES, 2018)

A intervenção, ferramenta disponibilizada pelo Capítulo III do Título V da Constituição, ao ser promulgada passou todos os poderes sobre os órgãos de segurança pública do estado do Rio de Janeiro ao Interventor, o General do Exército Walter Souza Braga Netto. Que, segundo o seu texto, responde única e exclusivamente ao Presidente da República. A intervenção perdurará o ano de 2018, cessando em 31 de dezembro.

Todas as políticas públicas de segurança elaboradas para o Rio de Janeiro seguem o mesmo padrão - isto inclui a intervenção federal, no qual o uso da força é visto como a solução. Das três décadas de “guerra as drogas” centenas de pessoas morreram, dentre elas, policias, bandidos e pais, mães, filhos de família.

Quando o Estado busca por meio da intervenção solucionar anos de violência com uma política com prazo de validade, corrobora para a criação de imaginários negativos, no qual destaca-se a fala do ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, que descreveu a intervenção como “um anestésico que produzirá apenas alívio a curto prazo.

Para o ex-ministro, “melhorias duradouras serão alcançadas somente através de reformas políticas de longo alcance” (LOS ANGELES, 2018).

Outras razões para a implementação a intervenção, mesmo podendo ser considerada insuficiente, estão no ressurgimento e fortalecimento do governo devido ao ano de eleições e na criação da imagem e do imaginário de cidade pacífica para o fortalecimento econômico por meio dos investimentos externo e do turismo. A ONG Redes da Maré (2018) acrescenta ao destacar quatro leituras por trás da intervenção:

- A opção contraditória pelo discurso da guerra como caminho para a paz;
- A eleição das favelas como inimigas;
- A utilização das forças armadas como salvação para a “crise” de segurança
- A intervenção como pauta positiva no momento em que a derrota da reforma da previdência colocava o governo federal em xeque.

Em meio a intervenção surge um exemplo crítico da violência presente no território carioca, Marielle Franco e Anderson Gomes. A vereadora e seu motorista foram assassinados brutalmente em 14 de março de 2018. As mortes provocadas após uma rajada de 12 tiros, dos quais 4 atingiram a cabeça de Marielle, ocasionaram diversas manifestações, intervenções artísticas e discussões sociais. Marielle, por suas ações como ativista, se tornou o símbolo da violência no Rio de Janeiro.



Figura 27 - Pôster "Marielle Presente"

Fonte: O GLOBO, 2018



Figura 28 - #SomosTodasMarielle!

Fonte: WSF, 2018

Marielle dedicou sua vida a lutar contra a desigualdade e pelos direitos das mulheres, do povo preto, da favela, das LGBTs e de todas que viviam qualquer forma

de opressão. Sua morte, notadamente resultante de suas ações frente as causas que defendia, provocou comoção nacional e internacional. Os jornais dos mais variados países passaram a produzir conteúdo sobre o seu assassinato. A exposição midiática provocada deu destaque a violência no Rio de Janeiro, na qual até uma vereadora é brutalmente morta.



Figura 29 - Marielle Franco no El País
Fonte: EL PAÍS, 2018



Figura 30 - Marielle Franco no The Guardian
Fonte: THE GUARDIAN, 2018



Figura 31 - Marielle Franco no Al Jazeera
Fonte: AL JAZEERA, 2018



Figura 32 - Marielle Franco no The New York Times
Fonte: The New York Times, 2018



Figura 33 - Marielle Franco no Americas Quarterly
Fonte: AMERICAS QUARTERLY, 2018



Figura 34 - Marielle Franco no Independent
Fonte: INDEPENDENT, 2018

Atualmente, Marielle vive como retrato de suas lutas e como exemplo da violência vivida por tantas outras mulheres, negras e vários outros cidadãos desconhecidos da cidade do Rio de Janeiro. A morte de Marielle e de Anderson, quase um mês após o início da intervenção federal, deixou ainda mais visível o momento passado pela cidade. As inúmeras reportagens reforçaram para o mundo a imagem do Rio como cidade violenta, na qual a quebra dos direitos humanos é considerada parte do cotidiano.

No contexto da intervenção, o assassinato de Marielle Franco acabou por dinamitar a possibilidade de uma ação que perderia força e atenção depois de suas primeiras semanas. Antes de ter servido como um recado aos movimentos sociais e ativistas pelos direitos humanos, o assassinato da vereadora serviu como uma rajada de frustração em qualquer possível teatro institucional do Estado sobre sua demonstração de controle. Não há controle. E ao perdermos Marielle, também soubemos que não há (e que não pode haver) silêncio. O silêncio e a conformidade deixaram de ser opção. (DIPLOMATIQUE, 2018)

A publicação dos mais importantes jornais do mundo sobre o assassinato de Marielle ratificou o entendimento geral de que a intervenção não tornou o Rio de Janeiro pacífico. Outra forma de visualizar tal afirmação é encontrada a partir dos dados fornecidos pela rede Fogo Cruzado.

A rede de informação colaborativa comparou os 4 meses antes e 4 meses após a intervenção, figura 29, e demonstrou o aumento do número de tiroteios. Os 855

registros a mais no estado e os 493 na capital - após a intervenção, realçam uma realidade na qual a presença dos militares não produziu a diminuição dos registros de violência, pelo contrário, os conflitos se intensificaram.

TIROTEIOS/DISPAROS DE ARMA DE FOGO COMPARATIVO 4 MESES PRÉ E PÓS INTERVENÇÃO				
4 MESES PRÉ INTERVENÇÃO (16/10 A 15/02) MUNICÍPIOS				
	TIROTEIOS DISPAROS	PRESEÇA AG. SEG.**	MORTOS	FERIDOS
TOTAL	2355	270	568	501
1. RIO DE JANEIRO	1410	172	230	293
2. SÃO GONÇALO	284	45	125	75
3. BELFORD ROXO	96	9	22	14
4. NITERÓI	150	12	34	25
5. NOVA IGUAÇU	93	6	56	18
4 MESES PÓS INTERVENÇÃO (16/02 A 15/06) MUNICÍPIOS				
	TIROTEIOS DISPAROS	PRESEÇA AG. SEG.**	MORTOS	FERIDOS
TOTAL	3210	512	516	398
1. RIO DE JANEIRO	1903	281	199	218
2. SÃO GONÇALO	356	70	90	61
3. BELFORD ROXO	240	35	38	24
4. NITERÓI	168	21	22	16
5. NOVA IGUAÇU	133	25	57	21

* OS DADOS DO FOGO CRUZADO SÃO COLETADOS VIA USUÁRIOS, IMPRENSA E POLÍCIAS.
** PODEM SE REFERIR A OPERAÇÕES/AÇÕES POLICIAIS OU A CASOS EM QUE AGENTES PÚBLICOS DE SEGURANÇA FORAM VÍTIMAS DE DISPAROS OU ESTAVAM PRESENTES NA OCASIÃO.

FOGOCRUZADO

Figura 35 - Tiroteios/Disparos com Arma de Fogo – Comparativo 4 meses Pré e Pós Intervenção Federal

Fonte: FOGO CRUZADO, 2018.

A presença das policias, como destaca Marielle, e das forças armadas, por conseguinte, retiram toda a sensação de segurança de quem vive em meio as balas perdidas decorrentes das trocas de tiros entre os representantes das instituições de segurança e os criminosos.

Nos territórios de uma cidade que não vive os riscos permanentes dos conflitos entre polícia e grupos criminosos armados, a presença da polícia nas ruas passa um sentimento de segurança. O contrário ocorre nas favelas e periferias, que vivem sob controle de grupos criminosos, e a presença do policiamento ostensivo traz risco permanente e medo para os moradores. Isso, no entanto, é um sentimento de uma realidade que apresenta a questão de segurança apenas pela força e não por meio de políticas públicas que

apostem na mobilidade, no encontro dos corpos, na participação e na ocupação das ruas. Essa situação gera desigualdades cada vez mais profundas no tratamento dado aos moradores desses diversos territórios que compõem a cidade. (FRANCO, 2014, p. 25)

Sob a mesma perspectiva é apresentado o resultado da pesquisa de aceitação da presença das forças armadas na favela da Maré, no qual, os moradores não concordam com a presença dos militares.

Segundo uma pesquisa feita pela ONG Redes da Maré, em parceria com o People's Palace Projects da Universidade Queen Mary (Reino Unido), 69,2% dos mil entrevistados disseram que a sensação de segurança não aumentou, e 22% presenciaram confrontos violentos. “Na comunidade, o Estado sempre negligenciou o direito à vida, à moradia digna, à educação de qualidade. Só ofereceu o seu braço armado, como se tanques de guerra fossem resolver os nossos problemas”, lamenta a jornalista Gizele Martins, nascida e criada na Maré. (CARTA CAPITAL, 2018)

As forças armadas não provocam milagrosamente a melhora das condições de segurança pública. A expectativa de parte dos meios de comunicação e de estudiosos está se cumprindo, no qual dispor de ações militares, como sempre ocorreram no território do Rio de Janeiro, não produzirá os resultados prometidos. Se três décadas de uso da força não foram suficientes, porquê alguns meses trariam tal resultado? Como afirma Daniel Cerqueira, Coordenador da pesquisa do Atlas da Violência – IPEA, “a intervenção não é a solução” (GLOBO, 2018). É preciso ter um planejamento que olhe para as comunidades e por meio de um trabalho de inteligência e investigação policial reconheça e retire de circulação os criminosos. Assim como é necessário intervir em questões sociais deficitárias aos moradores das favelas.

3.3 O DIREITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA TODOS - CIDADÃO E TURISTAS

O turismo é o encontro de pessoas e a ética (reflexão sobre a convivência) é central ao turismo. Quando dois ou mais seres humanos se encontram, ergue-se a possibilidade da hospitalidade (em sua etimologia: a ‘condição de estrangeiro’, a ‘condição de ser o outro’) ou de sua transgressão.

Os encontros turísticos são assimétricos, marcados por relações desiguais de poder entre aqueles que desejam e podem viajar, aqueles que trabalham ou que vivem nas comunidades nos destinos procurados. Portanto, urge falarmos sobre os direitos dos seres humanos que, historicamente, têm sido relegados às vulnerabilidades nas relações que travam em suas vidas, em especial, quando estas são tocadas pelo turismo.

O turismo é evidenciado como vetor de desenvolvimento pelas forças neoliberais que o moldam à sua imagem; tem suas raízes e desenvolvimento apoiados num tripé: o Ocidente, a Modernidade e o Capitalismo. Tríade está marcada por um elemento mais basal: o Patriarcado branco, heterossexual e cristão. Desse modo, tendo como base o sistema patriarcal, o turismo é estruturalmente marcado por uma assimetria decorrente da dicotomia entre colonizadores e colonizados.

Assimetria naturalizada nos três elementos constitutivos da realidade: espaço, tempo e linguagem e reproduzida em diversas outras assimetrias, (re)produzindo privilégios para uns e não para outros. Entre as incontáveis vulnerabilidades, gênero e raça permeiam o desenvolvimento turístico de forma viral; os estereótipos do lado fraco das assimetrias modernas são matéria prima para o turismo hegemônico, produzidas como atrativos turísticos (ou mão de obra), distribuídas e consumidas como mercadoria em sua lógica.

O estudo crítico do turismo dá seus primeiros passos e enfrenta a profunda superficialidade dos estudos hegemônicos regidos pelo mercado e por quem dele se utiliza como exercício de poder. Quanto mais criticamente analisamos o turismo, mais percebemos que ele é uma estrutura de dependências e de (re)produção de vulnerabilidades. É necessário desvelar os mecanismos que as constroem e discutir as responsabilidades de cada agente do turismo nesse panorama.

Os estudos de Feix (2003, p. 48) dão conta que desde a década de 20 no Brasil havia holofotes voltados para a questão da institucionalização da recreação pública como forma de contenção e controle social, visando desviar as crianças da delinquência juvenil. As políticas públicas de lazer voltadas para as comunidades tinham o seguinte contexto:

(...) as cidades, principalmente da região sudeste e sul, foram inchando, a fuga do meio rural para o urbano tornou-se uma realidade, além de um descontrole de natalidade nas populações de baixa renda. Em decorrência disto aumentava o cinturão de miséria nas grandes cidades com as favelas e malocas que surgiam. Menores abandonados acabavam virando criminosos. (FEIX, 2003, p. 48)

De acordo com Mazo (2004) a educação corporal e moral da juventude, além da escola, deveria estender-se às praças, parques e associações desportivas, o que representava uma das metas do projeto de formação da nação brasileira durante o

Estado Novo (1937-1945). Os estudos de Almeida (2006, s/p) trazem dados sobre como esse regime político redefiniu o modelo de cidadão ideal para a sociedade brasileira.

A formação deste "homem novo" idealizada pelo Estado Novo correspondia à figura do trabalhador disciplinado, ágil, eficiente, ordeiro e dócil, de acordo com o molde do homem projetado pela década de 30. Subjugado, disciplinado, reprimido e controlado, o operário é o instrumento e o alvo principal da estratégia traçada visando amenizar as tensas relações entre a classe operária e a empregadora.

Deste modo, o Estado Novo prescrevia a construção deste "homem novo" na formação de uma raça forte, sadia e com traços característicos, passando pela prerrogativa de reeducar o homem, no sentido de promover o saneamento de seu espírito, corpo e mente a fim de torná-lo mais apto para o trabalho. Percebe-se que foi uma tendência do período, já que a ideia de higienização também fora utilizada nos regimes nazistas, levado às últimas consequências: extermínio de grupo étnico (ALMEIDA, 2006, s/p.). Desse modo, o lazer parece ter sido uma das frentes de investimento na urbanização durante esse regime, oferecendo ao trabalhador espaços controlados pelo Estado, nos quais pudesse desenvolver sua relação com o “tempo livre”. Assim, o autor complementa que:

A urbanização promovida por Vargas e ao mesmo tempo seu investimento na comunicação, como forma de controle ideológico, foram os passos necessários para a consolidação do lazer como prática dos operários, classe média e burguesia ou como forma de investimento econômico, isto é, surgimento do setor privado como produtor de cultura e a cultura como objeto de lucro. (Almeida, 2006, s/p)

O ideário de cidadão de bem incluía que, nos períodos em que não houvesse dedicação ao trabalho, o trabalhador se envolvesse com alguma outra atividade – de lazer, no caso – em que o Estado pudesse manter o controle sobre seu paradeiro. Essa lógica de que o ócio era uma ameaça à segurança da sociedade perdura no imaginário social até os dias atuais, consolidada, inclusive, por máximas como “mente vazia é oficina do diabo”. Coimbra e Nascimento (2008, p. 5) consideram a existência de um discurso historicamente construído pela classe dominante e pelo Estado decorrente de “práticas de desqualificação da família pobre em um processo de criminalização e penalização da pobreza”, que afirma:

(...) os pobres considerados “viciosos”, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo – e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são

libertinos, maus pais e vadios. Representam um “perigo social” que deve ser erradicado. Daí a necessidade de medidas coercitivas principalmente para essa parcela da população, pois são criminosos em potencial. Assim, embora a parcela dos “ociosos” seja a mais visada por seu “potencial destruidor e contaminador”, a periculosidade também está presente entre os “pobres dignos”, pois por sua natureza – a pobreza – também correm os riscos das doenças. A partir desse mapeamento dos pobres, surge uma grande preocupação com a infância e a juventude que, num futuro próximo, poderão compor as “classes perigosas”: as crianças e os jovens “em perigo”, aqueles que deverão ter suas virtualidades sob controle permanente. (COIMBRA & NASCIMENTO, 2008, p. 5)

Por outro lado, há a desqualificação da morada do pobre. Onde as favelas e periferias são vistas como problemas sociais que impactam e prejudicam a vida dos dignos moradores dos centros metropolitanos. O discurso de criminalização da pobreza tende a marginalizar as favelas, as periferias e os pobres e estabelecer um muro social entre as diferentes classes em um mesmo território, a cidade.

A colocação do ser violento como decorrente unicamente da desigualdade econômica, significa em termos, dizer que da perspectiva do cumprimento dos paradigmas capitalistas, o pobre é o único violador. Porém, está premissa não é verdadeira. A pobreza não é criminável. Dela podem sim surgir criminosos, não os únicos, não os melhores, não os piores. Criminosos como quaisquer outros. A pobreza é, assim como as demais classes sociais, formada por todos os tipos de pessoas, nas quais são compostas pelos mais variados contextos e histórias que impactam invariavelmente a forma social que atuam.

Nas últimas décadas, o crescimento da atividade de gangues em favelas para suprir demandas nacionais e internacionais de drogas levou a sociedade a fazer uma associação entre favelas e drogas e violência urbana, embora estimativas acadêmicas sugiram que menos de 1% dos moradores das favelas estão envolvidos no tráfico de drogas. Em vez de ver a violência nas favelas como resultado da desigualdade sistêmica, algumas pessoas consideram a violência como uma característica inerente das próprias favelas. Assim, os moradores das favelas ganharam uma reputação de serem violentos e perigosos, ao invés de vítimas da significativa negligência histórica do estado. A política do governo de “guerra às drogas” foi moldada por esses preconceitos, que há décadas sustentam uma realidade na qual a principal presença do estado nas favelas foi através da Polícia Militar (RIO ON WATCH, 2016).

Nessa perspectiva, as cidades enquanto supostas promotoras de lazer, deveriam, por meio de ações inclusivas, trazer à tona a consciência do real, no qual a classe social não determina a vida e a conduta de um indivíduo. Como local de concentração de um todo social seria utópico considera-las como possibilitadoras de um

bem-estar irrestrito, - onde não existam desigualdades e conflitos, uma vez que são geridas pelo Estado e esse sofre influencias ideologias dos grupos de poder.

É importante salientar a atuação do Estado sobre as questões da violência, no qual por meio de sua concepção autoritária apoiada na preconização do extermínio dos ladrões e dos bandidos, trabalha orientado para o movimento de purificação do próprio caráter nacional (MISSE, 1999, p. 13). Assim, o Estado se apresenta como causador de conflitos sociais e pela criação de um ambiente inóspito.

Quando, dentro do território de uma cidade, exerce sua força sobre um determinado grupo, geralmente constituído de pobres e negros, está propiciando a quebra dos direitos humanos. Sobretudo, quando atua através de intervenções voltadas a geração de guerras urbanas, pois acaba produzindo vítimas aleatórias. Portanto, o Estado deve agir mediante políticas públicas que não se restringem ao policiamento armado, se repousem, em análises e perspectivas que envolvem todas as áreas da sociedade para provocar a mudança dos paradigmas (FRANCO, 2014, p. 24-25).

O cidadão por outro lado deve se fortalecer frente as ações do Estado ao buscar pelos direitos que lhes são conferidos. Vale ressaltar que o Estado é um agente dotado de poder e que para se manter como autoridade deve receber o apoio do grupo social que o condicionou. Poder não se estabelece da individualidade. Ele é algo coletivo.

No que concerne a tríade principal deste trabalho (violência, turismo e políticas públicas), o cidadão se mostra como agente condicionante de seus resultados. O turismo como fenômeno necessita do humano para que aconteça. A violência como reação social se pauta em uma ambiguidade onde um se opõe a um segundo. E por fim, as políticas públicas como resultado dos problemas avistados pelos agentes sociais e escritas por eles. Em todos os campos descritos a essência é o homem, o cidadão, que antes de qualquer coisa se utiliza da informação e da reflexão para conduzir as relações a sua volta.

CAPÍTULO 4 - EVIDÊNCIAS FINAIS - O TURISMO NO RIO DE JANEIRO NO MAPA DAS CONTRADIÇÕES

Essa monografia tem como tema um paradoxo de políticas públicas, no qual a Embratur, instituto responsável pelo marketing e promoção do turismo brasileiro, busca por meio da Portaria Mais Rio Mais Brasil, o fortalecimento do turismo no Rio de Janeiro e, por conseguinte, no Brasil. Em simultâneo, o Presidente Michel Temer promulga a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, produzindo assim uma contradição entre as políticas empregadas.

Este estudo se fez necessário quando se pensa nos impactos que as questões sociais da cidade têm no fluxo turístico internacional e como a exposição midiática corrobora para a (re)construção de um imaginário idealizado. Portanto, o cumprimento do objetivo geral se deu a partir da discussão da relação de imagem e imaginário e intervenção federal e como tais questões impactam o turismo. O mesmo ocorreu com os objetivos específicos, dos quais ao longo do trabalho foram sendo atingidos.

A descrição do papel da cidade do Rio de Janeiro para o fluxo internacional para o Brasil é destacada no item 2.2.1, no qual são utilizados os dados fornecidos pelo Ministério do Turismo e pela Embratur. A análise do contexto sócio histórico da cidade do Rio e do crescimento da violência, objetivo dois, pode ser observado na sessão 2.2 e 2.2.2, ao apresentar um breve histórico da formação do Rio enquanto cidade e contextualizar por meio dos dados de violência a conjuntura em ocorrência. O terceiro objetivo específico é alcançado ao apresentar, no subcapítulo 3.1, a imagem e o imaginário do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa e questionar, por meio do caso Marielle Franco e a análise da intervenção federal (item 3.2), a associação entre a violência e a imagem de destino pacífico. Por fim, o último objetivo é cumprido também no item 3.1, sessão essa encarregada pela apresentação e análise da política pública de promoção da Embratur.

Para o cumprimento dos objetivos propostos foi necessário o emprego da abordagem qualitativa como processo de reflexão e análise da realidade do estudo de caso. A coleta dos dados de violência ocorreu cautelosamente, no qual observou-se uma recorrente variação dos números ao se comparar as fontes. A variação mencionada também pode ser avistada em diferentes relatórios/sistemas com a mesma fonte, o que

dificultou na apresentação de dados, sobretudo pelo tempo gasto para os seus recolhimentos.

Como resultados da pesquisa temos a construção do entendimento da contradição entre as políticas públicas empregadas na cidade do Rio de Janeiro e o estabelecimento da relação violência e mídias para a construção da imagem e do imaginário de destino turístico.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para a compreensão da temática estudada e para o entendimento da existência de contradições no emprego de políticas públicas. Espera-se ainda que a pesquisa favoreça novas discussões e futuros estudos relacionados às abordagens aqui tratadas. No qual, de um lado a incrível paisagem composta pela harmonização entre o natural e o urbano e do outro um contexto preocupante de violência, onde a polícia e o exército compõem a paisagem do mais importante cartão postal brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. 1987.

ALJAZEERA. **Brazil: Marielle Franco's murder remains unsolved one month on**. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/04/brazil-marielle-franco-murder-remains-unsolved-month-180414104159863.html>> Acesso em: 05 de maio de 2018

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **O governo Vargas e o desenvolvimento do lazer no Brasil**. Revista Digital – Buenos Aires – Año 10 – m° 92 – Enero de 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd92/vargas.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

AMERICAS QUARTERLY. Two Months On, Brazilians Still Ask: Who Killed Marielle Franco? Disponível em: <<http://americasquarterly.org/content/two-months-brazilians-ask-who-killed-marielle-franco>> Acesso em: 29 de junho de 2018.

ARENDR, Hannah. On violence. Recording for the Blind & Dyslexic, 2005. AUGÉ, Marc. Não-lugares. Papirus Editora, 1994.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO–PNUD, I. P. E. A. FJP (Atlas Brasil 2013): Consulta para dados do IDHM e GINI de 1991, 2000 e 2010. 2014.

BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da Natureza, Lugares da Sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. Biblio 3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales, v. 15, 2010.

BARRETTO, Margarita. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs). Olhares contemporâneos sobre o turismo. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BBC BRASIL. Cinco motivos que levaram o Rio à pior crise de segurança em mais de uma década. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39816208>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

BENI, Mario Carlos. Sistema de turismo – SISTUR: Estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. Revista Turismo em Análise, 1(1), 15-34, 1990.

BRANCALEON, Brigida Batista; YAMANAKA, Jessica Suzuki; CASTRO, José Marcelo de; CUOGHI, Kaio Guilherme; PASCHOALOTTO, Marco Antonio Catussi. Políticas Públicas: conceitos básicos. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações Disciplina de Didática. Material didático para Ensino a Distância. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/303682/mod_resource/content/1/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2018.

BURNS, Peter M. 2002. Turismo e antropologia: uma introdução. São Paulo: Chronos.

CANCLINI, Néstor Garcia. Imaginarios urbanos. Eudeba, Buenos Aires, 1999.

CARTA CAPITAL. A indiferença com a violência nas favelas do Rio de Janeiro Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-indiferenca-com-a-violencia-nas-favelas-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 29 de junho de 2018.

CARTA CAPITAL. No Rio de Janeiro, o maior impasse é a violência ou a regressão social? Disponível: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-rio-de-janeiro-o-maior-impasse-e-a-violencia-ou-a-regressao-social>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em, v. 23, 2010.

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

CIDADES, IBGE. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In A. R. R. Geisler, A. L. Abrahão & C. M. B. Coimbra (Orgs.). Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde (pp. 143-153). Niterói, RJ: EdUFF. 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2009.

DATASUS. Disponível em:< <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/centro/cnv/alfRJ.def>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

DEAD SPIN. Rio Police Officers To Visitors: “Welcome To Hell”. Disponível em: <<https://deadspin.com/rio-police-officers-to-visitors-welcome-to-hell-1783132474>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

DIPLOMATIQUE. Rio de Janeiro sitiada? Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/rio-de-janeiro-sitiada/>> Acesso em: 14 de abril de 2018.

DIPLOMATIQUE. Um racismo que grita. Intervenção, violência e políticas de segurança em terra de Marielle. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/intervencao-violencia-e-politicas-de-seguranca-em-terra-de-marielle-franco/>>. Acesso em: 14 de abril de 2018.

DROR, Yehezkel. The planning process: a facet design. In: FALUDI, Andreas (org.) A reader in planning theory. Oxford: Pergamon Press, 1973. p. 323 – 343. (Artigo publicado originalmente em 1963).

EL PAÍS. Conmoción en Brasil por el asesinato de Marielle Franco, concejal y activista de Río. Disponível em:<https://elpais.com/internacional/2018/03/15/actualidad/1521080376_531337.html> Acesso em: 20 de junho de 2018.

EL PAÍS. Intervenção Federal no Rio de Janeiro. A história das operações e planos de segurança no Rio: três décadas de fracassos. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632_353673.html>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

EMBRATUR. Ranking de Mercados Emissores, 2018. Acesso em: <<http://visitbrasil.com>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro do Turismo. Mais Rio Mais Brasil. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Mais_Rio_Mais_Brasil.html>. Acesso em: 17 de junho de 2018.

EMBRATUR. Escritórios Brasileiros de Turismo - EBTs. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/5033-escritorios-brasileiros-de-turismo-ebts.html>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

FEIX, Eneida. Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública, 108f. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGCMH/UFRGS, 2003. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2781/000376336.pdf?sequence=1>> Acesso em: 02 de maio de 2018.

FOGO CRUZADO. Balanço 4 meses de intervenção. Disponível em: <<http://fogocruzado.org.br/balanco-4-meses-de-intervencao/>>. Acesso em: 20 de junho de 2018

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

FRANCO, Marielle. UPP—a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2016.

G1 GLOBO. Há 30 anos, governadores prometem resolver a violência no RJ; veja frases. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/ha-30-anos-governadores-falam-da-gravidade-da-violencia-no-rj-veja-frases.ghtml>>. Acesso em: 09 de abril de 2018.

G1 GLOBO. RJ é o estado que mais registrou mortes por intervenção policial. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/rj-e-o-estado-que-mais-registrou-mortes-por-intervencao-policial.ghtml>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

GARVER, Newton. What violence is. *The Nation*, v. 209, n. 24, p. 819-822, 1968.

GASTAL, Susana. Turismo, imagens e imaginários. Aleph, 2005.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. Turismo, Políticas Públicas e Cidadania. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Aleph, 2007.

GOOGLE. Google Earth. 2017. Distrito Federal. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Brasil/@-13.702797,-69.6865109,4z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x9c59c7ebcc28cf:0x295a1506f2293e63!8m2!3d-14.235004!4d-51.92528>> Acesso em: 08 de junho de 2018.

GOOGLE. Google Earth. 2017. Distrito Federal. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps?rlz=1C1AVNG_enBR704BR719&q=rio+de+janeiro&um=1&ie=UTF-8&sa=X&ved=0ahUKEwiInvHIvIfcAhWHEpAKHeSAD8cQ_AUICygC> Acesso em: 08 de junho de 2018.

GUNN, C. A. 1988 *Vacationscape: Designing Tourist Regions* (2nd Ed.), Van Nostrand, NY.

HALL, Colin Michael et al. *Hallmark tourist events: impacts, management and planning*. Belhaven Press, 1992.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

INDEPENDENT. Marielle Franco: Why my friend was a repository of hope and a voice for Brazil's voiceless, before her devastating assassination. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/americas/marielle-franco-death-dead-dies-brazil-assassination-rio-de-janeiro-protest-glenn-greenwald-a8259516.html>> Acesso em: 22 de junho de 2018.

IPEA. Atlas da Violência 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

ISP. Série histórica de taxas de violência por 100 mil habitantes, 2018. Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>> Acesso em: 04 de abril de 2018.

ISP. Visualização de dados, TabISP. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Estatisticas.html> Acesso em:

KOTLER, Philip. *Administração de marketing*. 2000.

KOTLER, Philip. *Marketing 3.0 – as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano*. São Paulo: Elsevier, 2010.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Tradução Contexto Traduções. 3a ed. São Paulo: Aleph, 2001. Turismo.

LAS CASAS, Alexandre L., *Marketing de serviços*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007, 257p.

LOCKWOOD, A.; MEDLIK, S. (Orgs.) Turismo e Hospitalidade no século XXI. 2003.

LOS ALGELES TIMES. Military intervention won't solve the violence in Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-muggah-brazil-rio-military-security-20180302-story.html>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. Revista Katálysis [online], v. 13, n. 2, p. 173-180, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/16526>>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

MAZO, Janice Zarpellon. Atividades esportivas e lazer em Porto Alegre – RS. 2004. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/264.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Trabalho do Exército no Complexo do Alemão é exemplo de devoção à causa pública, diz Amorim. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/93-trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica-diz-amorim>>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj. 1999.

MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOESCH, Marutschka Martini; BENI, Mario Carlos. Do Discurso da Ciência para a Ciência do Turismo. Revista Turismo & Desenvolvimento, n° 25, 9-30, 2016.

MOESCH, Marutschka. O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo. Revista Cenário, v. 1, n. 1, p. 8-28, 2013.

MOLINA, Sergio; RODRIGUEZ, Sérgio. Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

MTUR, Estudo da Demanda Turística Internacional Brasil, 2017 - Ano base 2016. Acesso em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>>. Acesso em: 07 de abril de 2018.

NEXO, História cartográfica do Rio, 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/03/01/A-hist%C3%B3ria-do-Rio-de-Janeiro-em-sete-mapas>>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

O GLOBO. ‘O Rio que emergiu dos grandes eventos é um sonho turístico realizado’, diz presidente da Embratur. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-rio-que-emergiu-dos-grandes-eventos-um-sonho-turistico-realizado-diz-presidente-da-embratur-21777685>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

O GLOBO. Há 30 anos, governadores prometem resolver a violência no RJ; veja frases. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/ha-30-anos-governadores-falam-da-gravidade-da-violencia-no-rj-veja-frases.ghtml>> Acesso em: 19 de junho de 2018.

O GLOBO. Mentiras sobre vereadora Marielle Franco que circulam nas redes. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/eissomesmo/post/mentiras-sobre-vereadora-marielle-franco-que-circulam-nas-redes.html>> Acesso em: 19 de junho de 2018.

O POVO. Por que o Rio de Janeiro chegou à falência institucional. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/04/por-que-o-rio-de-janeiro-chegou-a-falencia-institucional.html>> Acesso em: 15 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2007.
ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Informe mundial sobre la violencia y la salud. 2003.

OTT. Tiroteios no Rio de Janeiro 2018. Disponível em: <<https://www.ondetemtiroteio.com.br/>> Acesso em: 15 de março de 2018.

PASSOS, Instituto Perreira. Caderno da Juventude, 2013. Acesso em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/publicacoes>>. Acesso em: 27 de março de 2018.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria geral da constituição e direitos fundamentais. 2012.

PIZARRO, R. La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4762/S0102116_es.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

PLANALTO. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos jurídicos. Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

REDE MARÉ. A intervenção federal no Rio de Janeiro apresenta alguma novidade? Disponível em: <http://redesdamare.org.br/blog/publicacoes/a-intervencao-federal-no-rio-de-janeiro-apresenta-alguma-novidade/> Acesso em: 25 de junho de 2018.

RIBEIRO, Áurea; FLEURY, Ângela. Marketing e Serviços: que ainda fazem a diferença. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIO ON WATCH. Entendendo a Violência do Rio: A criminalização da Pobreza. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=21553> Acesso em: 25 de junho de 2018.

ROCHA, J. O aprender como produção humana: os sentidos subjetivos produzidos acerca da aprendizagem por adolescentes em situação de vulnerabilidade social (Dissertação de mestrado), Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6714/2/DIS_JULIANA_DOS_SANTOS_ROCHA_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

SANTOS, João dos. Material do Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul, Caxias do Sul, 2011.

SARAVIA, Enrique. Introdução à análise de políticas públicas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas. Brasília: ENAP, Volume 1, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2018.

SERRANO, Celia; BRUHNS, Heloisa; LUCHIARI, Maria Tereza (orgs.). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas (SP): Papirus, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo, 2002.

THE GUARDIAN. Marielle Franco: Brazil's favelas mourn the death of a Champion. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/mar/18/marielle-franco-brazil-favelas-mourn-death-champion>> Acesso em: 17 de abril de 2018.

THE NEW YORK TIMES. Don't Turn a Radical Activist's Death Into a TV Melodrama. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/28/opinion/marielle-franco-brazil-activist-death.html>> Acesso em: 15 de junho de 2018.

TORO, José Bernardo. A construção do público: cidadania, democracia e participação. Seleção de textos e organização, Cristina Duarte Werneck e Nísia Duarte Werneck. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNWTO. Tourism – an economic and social phenomenon. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/content/why-tourism>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

UNWTO. Infographics. Disponível em: <http://media.unwto.org/content/infographics> Acesso em: 09 de abril de 2018.

UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. O que é? Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. Editora Cultrix, 2004.

WEYRAUCH, Cleia Schiavo. Violência urbana. Revista Dimensões, vol. 27, p. 2-22, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2580/2076>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

WSF. Moção de Repúdio contra o assassinato de Marielle Franco. Disponível em: <<https://wsf2018.org/26613-2/>> Acesso em: 25 de junho de 2018.

XIFRA-HERAS, Jorge. A informação: análise de uma liberdade frustrada. Rio de Janeiro, Lux; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

YIN. Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de M. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.